

Revista Um Olhar

Uma publicação do CONSELHO NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL – CNLB

Ano IX - Nº 14 - Setembro/2020 - ISSN 2526-6624



VII ENCONTRO NACIONAL DO LAICATO



Revista **Um Olhar**

“Um olhar” é uma publicação do
CONSELHO NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL
C N L B

Os textos aqui publicados correspondem à reflexão feita por seus autores e autoras, dentro das expectativas e objetivos deste número.

O nome “Um Olhar”, como o próprio diz, é uma revista que pretende ser o olhar dos cristãos leigos e leigas, comprometidos com a missão do Espírito conferida à Igreja e, principalmente, com a Igreja do Brasil, querendo dizer que “um olhar”, o olhar do laicato, quer ser complementar aos demais olhares.



CONSELHO NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL



CNLB

Presidência 2019-2023

Presidente: Sônia Gomes de Oliveira

Vice-presidente: Rejane Teixeira Gaia

Secretário: Márcio José de Oliveira

Secretária adjunta: Maria Aurenir da S. Paiva

Tesoureiro: Luiz Everaldo Bertholo

Tesoureiro adjunto: Carlos de Oliveira Silva

Organização: Presidência

Conselho Nacional do Laicato do Brasil - CNLB/ Um Olhar. Brasília, 2020

Fotos: direito publicado, de mídias sociais e do CNLB

Edições 2020

48 p. 21 x 29,7

ISSN 2526-6624

Responsável: Conselho Nacional do Laicato do Brasil

SGAN 905 – conjunto C – Asa Norte – 700790-050 – Brasília – DF

E-mail: cnc@cnlb.org.br – Site: www.cnlb.org.br

Facebook: [@conselhodeleigos](https://www.facebook.com/conselhodeleigos) – Instagram: [@cnlb.nacional](https://www.instagram.com/cnlb.nacional)

CUIABÁ, SETEMBRO/2020

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	4
MEMÓRIA DOS ENCONTROS NACIONAIS.....	6
I - FAZENDO MEMÓRIA: MÍSTICA E ESPIRITUALIDADE MARCAM O VII ENCONTRO (Marilza J. Lopes Schuina)	8
II - DESAFIOS À SUPERAÇÃO DA MINORIDADE DO SACERDÓCIO COMUM DOS FIEIS EM TEMPOS DE FRANCISCO E DOS CLAMORES DA VIDA AMEAÇADA: RECONHECIMENTO DA DIVERSIDADE PARA A COMUNHÃO (Luiz Augusto Passos)	15
III – EU VI, OUVI, DESCI (Roberto Malvezzi – Gogó)	24
IV – OFICINAS TEMÁTICAS.....	27
4.1 - DESAFIOS DA VOCAÇÃO LAICAL NA IGREJA (Laudelino Augusto dos Santos Azevedo)	27
4.2 - EDUCAÇÃO E CULTURA (Maria Aurenir da Silva Paiva)	28
4.3 - IGUALDADE DE GÊNERO (Sônia Gomes de Oliveira)	30
4.4 - DIREITOS HUMANOS: PLANO, PROGRAMAS DE PROTEÇÃO (Inácio José Werner)	31
4.5 - POLÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS (Luiz Henrique Ferfoggia Honório)	32
4.6 - TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO (Gilmar Soares Ferreira) ...	33
4.7 - FLUXOS MIGRATÓRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS (Marilza J. Lopes Schuina)	35
4.8 - DIREITO À TERRA: CUIDAR DA CASA COMUM! (Marilza J. Lopes Schuina)...	37
4.9 - DIREITO À CIDADE (Carlos Signorelli)	38
4.10 - JUVENTUDES NO VII ENCONTRO NACIONAL DO CNLB (João Paulo Angeli)	39
V - ANEXOS.....	42
1 - VII ENCONTRO NACIONAL DO LAICATO DIRETRIZES PARA A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO LAICATO 2019-2023.	42
2 - MOÇÃO DE APOIO AO PAPA FRANCISCO.....	43
3 - MOÇÃO DE APOIO EM DEFESA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL	44
4 - ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA A ELEIÇÃO DA PRESIDÊNCIA E CONSELHO FISCAL DO CONSELHO NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL – CNLB.....	45

APRESENTAÇÃO

Estamos vivendo um tempo que marca profundamente o mundo todo, o tempo da pandemia coronavírus. Este tempo tem nos levado a refletir sobre a mundo que temos, o mundo como vivemos e a pergunta é: que humanidade seremos depois da pandemia?

Este é o número da nossa revista que traz o registro e o resultado do VII Encontro Nacional do Laicato, realizado pelo CNLB, nos dias 20 a 23 de junho de 2019, em Cuiabá- MT.

Com o tema “Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade: um novo olhar e um novo agir”, refletimos sobre a crise e o modo como vive a sociedade. Muita gente está perplexa, parece que nada está como antes, nada está em seu lugar, enquanto outros agem fazendo de conta que nada está acontecendo, distante da realidade. “Podemos ser sujeitos ou objetos da crise. Isto é muito sério! Nossa fé nos leva a ver toda crise como a iluminação do Espírito. Crise é antessala do novo.” (Texto base VII Encontro, p. 6).

Nesse momento ímpar, na história da humanidade “não são apenas mudanças ocasionais nos costumes ou nos valores, mas é o próprio humano que está em processo de transformação”. (Texto base VII Encontro, p. 14). Transformação! Eis o ponto de convergência que nos propiciou este encontro: transformar para a ação. “Um novo olhar, um novo agir! ”

O encontro foi uma festa para os olhos e para o coração, como se pode ler na memória afetiva escrita por Marilza Schuina. Luiz Augusto Passos, apresenta ele mesmo o seu texto: “O presente texto desenhado em vista da Reunião Nacional do CNLB, em Cuiabá (20-23/06/2019), durante o evento da Festa do Corpo de Deus, do qual também participei, a convite, na condição de Assessor, procurando refletir as implicações centrais do tema, também compartilhado com outros assessoras/es que, cujas reflexões, enriqueceram muito, o que me parece uma contribuição importante, que aqui se adequa com

um texto àquelas e aqueles que conviveram a força daquele momento também de Pentecostes, no lugar privilegiado: Marco Geodésico da América Latina. O que passa no coração, vai para o corpo todo.

Roberto Malvezzi, aprofunda o lema do encontro “Eu vi, ouvi e desci...” (Ex. 3, 7-8): “Deus não é somente aquele que ouve, mas aquele que desce e acompanha seu povo, é um Deus dos vivos. (...) Deus assume as causas, porém chama as pessoas para esta missão”.

As dez oficinas temáticas levaram em conta o âmbito específico da vocação e missão do laicato, propiciando encontrar pistas de atuação em diversas dimensões: desafios da vocação laical, educação e cultura, igualdade de gênero, direitos humanos, política e políticas públicas, mundo do trabalho, fluxos migratórios, cuidar da Casa Comum, direito à cidade e juventudes. Em cada texto, um olhar, um agir.

No anexo I, as diretrizes do CNLB para o próximo quadriênio: dimensão sócio ambiental da fé, formação e juventude.

Comprometidos com a causa do Reino, com a ‘Igreja em Saída’ enviamos ao Papa Francisco uma moção de apoio (anexo II) neste tempo em que ele vem sofrendo perseguições por parte da ala fundamentalista da Igreja. Moção de apoio (anexo III) também em defesa dos Direitos Constitucionais aos Povos Indígenas no Brasil.

O tema do VII Encontro é um chamado: “temos uma necessária e imprescindível contribuição a dar para a superação dos sinais de morte que lançam à margem milhões de pessoas”. (Texto base 7º Encontro, p. 33). Neste tempo da pandemia do coronavírus, renovamos e reafirmamos nosso compromisso batismal de “artífices da Civilização do Amor, sinal do Reino em nosso meio”. Cuidar do outro, da outra, cuidar do mundo! “Todas as vidas importam”!

A presidência

MEMÓRIA DOS ENCONTROS NACIONAIS

1º Encontro Nacional de Leigos e Leigas CNL/1987 - Foi realizado em preparação Sínodo dos Leigos, de 5 a 7 de agosto, em Vargem Grande Paulista/SP, Mariápolis Ginetta, com cerca de 500 participantes de todo o Brasil. As conclusões desse encontro foram levadas a Roma por D. Luciano Mendes de Almeida.

2º Encontro Nacional/1993 - Realizado na cidade de Lins/SP, de 10 a 13 de junho com a participação de 500 leigos e leigas de todo o Brasil. **Tema: “Os cristãos e os Desafios do Brasil: Presença e Compromisso”**. Foram assumidos os seguintes compromissos: participar da Campanha de Combate à Miséria pela vida; participar dos debates da Revisão Constitucional, em defesa das conquistas sociais; lutar pela implementação da Reforma Agrária e uma política agrícola adequada e justa; engajar-se ativamente na promoção das Semanas Sociais em plano regional e nacional.

3º Encontro Nacional/1996 - Realizado em Goiânia/GO, de 6 a 9 de junho. **Tema: Cidadania: Construção e Compromisso**. A “Mensagem aos Leigos e Leigas do Brasil” com a conclusão desse 3º. Encontro sintetiza a indignação, esperança e compromisso:

Indignação pela realidade marcada por ausência de cidadania, negação dos direitos humanos fundamentais: saúde, educação, alimentação habitação, terra, trabalho...

Esperança pela Palavra que nos ilumina olhar e nos impulsiona para a solidariedade e a participação na construção de uma cidadania plena. Esperança porque nossas comunidades são escolas de cidadania, quando a palavra é partilhada, os dons acolhidos e se transformam em serviço; esperança na capacidade de criar alternativas, a partir da fé e da utopia evangélica para responder aos desafios do nosso tempo, sair do isolamento, criar redes de articulação e intercâmbio; unir forças nas cooperativas e associações, abalando a estrutura do sistema neoliberal.

De indignação e esperança brotam nossos compromissos:

Engajarmo-nos na luta pela reforma agrária, que propicie terra para quem nela quer produzir e reforma urbana para quem dela precisa para morar dignamente e constituir sua família; lutarmos por políticas geradoras de emprego e distribuidora de renda; estarmos presentes nas ações que busquem uma radical inversão de prioridades sócio-políticas-econômicas, banindo o neoliberalismo, construindo uma sociedade justa e igualitária; envolvermo-nos no Projeto de Evangelização Rumo ao Novo Milênio para que de fato aconteça o Ano Jubilar.

1ª Conferência Nacional dos Cristãos Leigos do Brasil/2001 - Realizada em Fortaleza/CE, de 23 a 25 de novembro, com o tema **Trabalho a identidade, organização, presença e vida do laicato**. A proposta da Conferência era um primeiro exercício do Conselho almejando passar de Conselho a Conferência. Trabalhou questões fundamentais do nosso Organismo CNL, tais como: Quem somos, O que queremos ser? Que direção devemos assumir?

4º Encontro Nacional/2003 - Realizado em Goiânia/GO, de 19 a 22 de junho. **Tema: Vocação laical: chamado de Deus, resposta humana**. Foi uma resposta ao ano Vocacional proposto pela CNBB com o tema “Batismo, fonte de todas as vocações”. Não destacando uma vocação em particular, mas todas as vocações e atendendo ao apelo do papa João Paulo II “avancem para águas mais profundas” (Lc 5,4). Com esse espírito o CNLB aceitou a convocação do Setor Vocações e ministérios da CNBB para assumir algumas atividades programadas (*celebração dos ministérios laicais em agosto e a celebração da Festa de Cristo Rei como encerramento do ano Vocacional*) e propôs o 4º Encontro Nacional.

5º Encontro Nacional – 2007 - Realizado na Estância Árvore da Vida em Sumaré/SP, de 7 a 10 de junho. **Tema: Ser cristão hoje: desafio e esperança!**

Reuniu quase 600 leigos e leigas e estabeleceu as diretrizes e as linhas de ação do CNLB para os anos seguintes.

Para tanto os grupos responderam às seguintes perguntas: Que sinais dos tempos estão mais visíveis na atualidade? A partir desses sinais, na Igreja e na Sociedade como deve ser nossa atuação de Cristão leigo, leiga? Trabalhando com o método “Ver, julgar e agir”, foram elaboradas 64 propostas de ações práticas para o agir do CNLB.

6º Encontro Nacional/2015 - Realizado em Vargem Grande Paulista/SP, Mariápolis Ginetta, de 04 a 07 de junho. **Tema: “Agir a partir dos sinais dos tempos na força do Espírito Santo”**.

Como o ser Sujeito na Sociedade e na Igreja foi um dos eixos do encontro. Deste encontro saíram as seguintes cartas: Carta-manifesto em defesa dos cristãos e cristãs perseguidos por causa de sua fé; Moção de apoio à criação da Congregação para os Leigos; Carta ao Papa Francisco; Carta aberta do Conselho Nacional do Laicato do Brasil aos brasileiros e brasileiras contra a redução da maioria penal; Carta ao Povo Brasileiro frente ao momento em que vivemos. Neste encontro, foram assumidos os compromissos com a formação do laicato, a juventude, o fortalecimento do CNLB e a presença e atuação do laicato na sociedade.

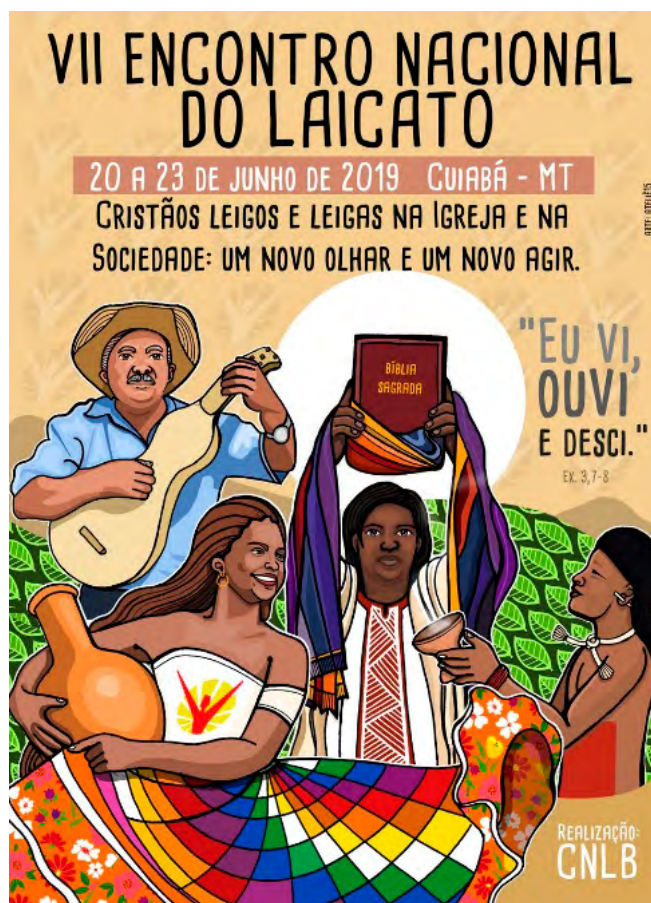
I - FAZENDO MEMÓRIA: MÍSTICA E ESPIRITUALIDADE MARCAM O VII ENCONTRO

Marilza José Lopes
Schuina¹

A começar pela identidade visual do cartaz, com seus elementos que procuram ressaltar o tema proposto para este VII Encontro Nacional do Laicato: **“Cristãos Leigos e Leigas: um novo olhar, um novo agir”**, os participantes viveram dias de festa e alegria, de convivência, envoltos num clima de celebração da defesa da vida.

Como nos apresentou Márcio Oliveira (hoje, secretário geral do CNLB), explicitando a teologia do cartaz: “o pôr do Sol no Pantanal, no qual, Cristo é o Sol que ilumina a caminhada e a luta do seu povo”, Cristo o Sol da Justiça, a Luz que guia os diferentes povos e nações, como o povo negro, o povo indígena.

“A mulher sorrindo, com sua alegria anima a caminhada, trazendo consigo a água/vinho de seu protagonismo, convidando a todos e todas para a ciranda da vida. Veste-se com a wipala, bandeira da resistência dos povos andinos e há muito assumida pelos grupos liber-



tários latino-americanos como sinal de compromisso em defesa da vida no “Continente da Esperança”.

“O cuiabano, tocando sua viola de cocho, instrumento musical típico da cultura mato-grossense, num gesto de hospitalidade, convida os cristãos leigos e leigas para a grande festa do laicato brasileiro nas terras calorosas e acolhedoras da capital do Mato Grosso”.

“Por fim, convergindo para o quadrante central do cartaz está a Palavra de Deus, luz e lâmpada para o nosso

caminho, destacando a grande herança que recebemos com a leitura popular da bíblia, que marca profundamente a identidade do nosso Organismo”.

E assim foi propiciado pela metodologia do encontro, pelas liturgias rezadas, celebradas a cada amanhecer e a cada entardecer.

“Em tempos de Francisco, os desafios da Igreja e da Sociedade: luzes e esperanças”.

Na missa de abertura (20/06/19 – preparada pelo Regional Oeste 2 e presidida por D. Derek Byrne – bispo referencial para o laicato do regional), Solenidade do Corpo e Sangue de Cristo, a acolhida com a água de cheiro e o

1 Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia e Pós-graduada em Avaliação Educacional pela UFMT; Pós-graduação em liturgia pela Faculdade de Assunção/SP, membro da Ampliada Nacional das CEBs.

canto dos terreiros: “você aqui presente, no terreiro vem lavar, pra entrar em nossa casa, tem que se purificar”, entoado debaixo das mangueiras, lembrando o quintal de nossas casas, e, em especial, das casas cuiabanas, onde as famílias se encontram para o “chá com bolo”, as rezas dos santos e santas, especialmente, São Benedito, o santo padroeiro, protetor do povo:

As mangueiras tão sorrindo,

Os ipês vestem-se em flor

*Japuira faz seu ninho
para a festa do amor*

*Deus está em nossa praça
tempo quente de amor*

*Quem vai com São Benedito
chega a nosso Senhor.*

Isso é bom demais, símbolo da paz

*Benedito é tão bonito, festa
assim não vi jamais²...*

Nas palavras da comentarista, “somos convidados/as a participar desse encontro e do Banquete Pascal. Demos graças ao Pai pelo Cristo que faz da sua vida dom total, Corpo entregue e Sangue derramado, como alimento e bebida”.

Como não se emocionar com os elementos do cartaz do VII Encontro ganhando vida na entronização da Bíblia e da proclamação da Palavra de Deus.

No grande Nação (nome dado ao espaço de Plenária Geral, numa clara alusão à causa indígena) Hélio e Selma Amorim³, com Luiz Augusto Passos, refletimos “Em tempos de Francisco, os desafios da Igreja e da Socie-

dade: luzes e esperanças”. E olha o ponto de partida de sua conferência: “Pedagogia da Autonomia”, de Paulo Freire ressaltando a ordem apresentada pelo autor ao falar de “mulheres e homens”, referindo-se às mulheres em primeiro lugar, propositalmente, para dar destaque a estas.

Mesmo diante de uma economia de morte, uma economia cuja vida humana e da casa comum não é valorizada, não podemos esquecer que o homem vem de “húmus”, quer dizer, “terra”. O homem vem da casa comum, que é de todos nós, desde o primeiro homem “Adão”, “aquele que vem da terra”. A terra que é nossa mãe!

“A Pachamama, a mãe terra, nos produz todos diferentes. A diversidade não deve nos atrapalhar, todos têm direito à diferença. Uma vez que eu reivindico minha diferença, devo respeitar a do outro. O cristianismo vem para respeitar essa diversidade, essa multiplicidade. É isso que o Papa Francisco tem feito desde o início de seu pontificado. Isso leva a um esforço internacional a desacelerar os processos de violências, destruição da natureza, extermínios humanos”.

“Em tempos de Francisco têm crescido uma agenda ecológica, em defesa do meio ambiente, combatendo o Aquecimento Global. A primeira Encíclica do Papa ressalta alegria como um dos fundamentos do ser humano. O testemunho dos leigos é fundamental neste mundo em que vivemos, na família, na educação dos filhos e filhas, na construção de espaços de comunhão, na construção de pontes e destruição de muros. A função específica, e responsabilidade do laicato é trabalhar na dimensão da vida, tornando mais humana a nossa relação, garantindo um mínimo de testemunho”.

Como podemos ler em Hebreus 10, 8-7, “Deus faz sua força presente em nós, e em todas as coisas, as árvores e demais animais, e nós presente Nele”.

“O sacrifício de Jesus era para ser o único sacrifício. Hoje celebra-se o corpo de Cristo chagado, Ele que foi remido e nos salvou. Os

2 Canção de Luiz Augusto Passos, escrita para a festa de São Benedito em Cuiabá do ano 2000, intitulada “Leão Preto de Judá”.

3 Hélio Amorim foi um dos fundadores do CNL e primeiro presidente, juntamente com sua esposa Selma Amorim. Viveu toda a eferescência do Concílio Ecumênico Vaticano II e seus desdobramentos em plena juventude e com o entusiasmo do compromisso com as propostas de renovação que os novos ares traziam para a Igreja, para a sociedade e para o mundo.

cristãos leigos participam do Corpo de Cristo, sua Igreja, e participamos também de seu sacerdócio”.

Cantamos com Passos a alegria de Francisco, com esta canção de sua autoria:

*Nos olhos dos pobres,
no rosto do mundo*

*Eu vejo Francisco perdido de amor
É índio, operário, é negro, é latino
Jovem, mulher, lavrador e menor.*

*Há um tempo só de paixão,
grito e ternura*

*Clamando as mudanças
que o povo espera*

*Justiça aos pequenos,
ordem do evangelho*

Reconstrói a igreja na paixão do pobre

Há crianças nuas nesta paz armada

Há francisco povo sendo perseguido

*Há jovens marcados sem
teto nem sonhos*

Há um continente sendo oprimido

Com as mãos vazias solidariedade

*Com os que não temem
perder nada mais*

Defendem com a morte a dignidade

Com a teimosia que constrói a paz

*Canta Francisco, com
a voz dos pobres*

Tudo que atreveste a mudar

*Canta novo sonho, sonho
de esperança*

Que a liberdade vai chegar

Canta Francisco, com

a voz dos pobres

Tudo o que atreveste a mudar

Canta novo sonho, sonho de menino

Novo céu e terra vai chegar

Há claras, franciscos marginalizados

Cantando da América a libertação

*Meninos sem lares são
irmãos do mundo*

Pela paz na terra sofrem parto e cruz

*Francisco imagem de um
Deus feito pobre*

Denúncia esperança profecia e canta

*Vence com coragem o
império da morte*

*De braços com a vida em
missão na história*

Francisco menino e homem das dores

Reconstrói a igreja pelo mundo afora

Na fraternidade que traz a justiça

Na revolução que anuncia a aurora

“Eu vi, eu vi, uma chama se acender, e o coração do meu povo aquecer”. Essa foi a mística proposta para a celebração da noite (Regional Sul 1), que embalou nossos sonhos e esperanças. Em meio à luz radiante do Círio Pascal, acendemos nossas luzes e cantamos nossas esperanças, depositando no sonho da noite a confiança no Senhor, o bom pastor (Sl. 23).

Rezamos, expressando nosso compromisso com a Igreja, o Papa Francisco, o povo de Deus, a unidade dos cristãos, os poderes públicos a serviço da vida, os que sofrem, os perseguidos.

Deus ouve e vê os clamores do seu povo...

Ao amanhecer da sexta-feira (21/06 – Regional Noroeste), “na cruz de Jesus, as cruzes da humanidade: questão das migrações, dos pobres, a violação da casa comum, etc. Fomos convidados a ver o mundo que nos cerca, ouvir as dores do povo, especialmente as dores do povo da Amazônia: os indígenas, a mulher, os pescadores e ribeirinhos, os jovens, as crianças. “Do ventre da terra, o grito que vem da Amazônia”.

Inspirados pela palavra de Deus (Êxodo 3,7-8), percebemos e sentimos os sinais de vida que vêm da Amazônia, na simbologia da luz acesa entregue a cada regional, sua gente, sua fauna, sua flora, suas sementes, seus frutos, pois “tudo está interligado como se fôssemos um, tudo está interligado, nesta casa comum”⁴.

Roberto Malvezzi (Gogó) nos propicia aprofundar o sonho de uma vida de terra para todos e todos com esse texto de Êxodo 3, “texto referencial de toda uma Igreja e Teologia libertária. Dom Hélder dizia, é impossível que aquele Deus que ouviu o sofrimento daquele povo, que é o mesmo Deus, não ouça os clamores de hoje desse povo. Se Ele ouviu os clamores daquele povo, e se Ele continua o mesmo, Ele ouve os clamores dos oprimidos de hoje”.

“Deus não é alheio a realidade da história. A arca de Noé é um dos textos mais belos da literatura, não está somente na Bíblia, a literatura relata esse grande momento. Um grande degelo alagou várias regiões da terra. Ao final do texto da Arca de Noé, Deus diz que irá fazer uma aliança com todos, parece a fala de um ambientalista. Aliança com todos, com a criação, com os animais”.

“Deus ouve toda a criação, pois cada criatura transmite sua mensagem. E nós devemos prestar atenção nisso, pois a nós foi dada a responsabilidade de cultivar e guardar a criação”.

“No livro de Jó temos o Deus mais diferente que podemos encontrar na bíblia. O livro de Jó parece um teatro, é como se fosse uma grande tragédia grega. Deus estava no céu reunido com os seus filhos, entre eles Satanás, com direito a voz e voto. Deus então conversa com Satanás sobre seu filho Jó, e Satanás provoca Deus dizendo que Jó só era fiel pois Deus o protegia. Jó depois de muito ser provado e desacreditado pelos homens, vai conversar com Deus. Deus conversa com a humanidade. Há um mistério maior sobre a criação. E esse mistério é permanente nas nossas vidas, nas vidas dos povos. Jó experimentou a força do mal, mas permaneceu fiel. Na vida encontraremos situações que não terão respostas. Algumas pessoas são sacrificadas”.

“Por fim a pessoa de Jesus. Jesus era o ouvido de Deus, os olhos de Deus. A capacidade de ouvir os menores, é uma capacidade de Deus. No meio disso temos a figura de Maria, no primeiro milagre de Jesus ela está ali, a sensibilidade feminina, Maria sentiu a aflição da família e vai até Jesus. Deus que ouve através de Jesus”.

“Francisco traz uma coisa que é próprio da Igreja latino-americana, o pobre não como problema, mas como solução. Quer uma Igreja em rede. Propõe mudanças através do Sínodo da Amazônia, ouve os movimentos sociais, vem para o meio da floresta ouvir os Povos Indígenas, ouve a voz das mulheres, ouve a voz do povo”. E nós, vemos e ouvimos?

Da mesma forma que nem todo que “vê”, “vê”, nem todo que ouve, realmente ouve, o trabalho em grupos foi mais do que simplesmente ir a grupos para fugir da sonolência do começo da tarde, mas um jeito de parar e pensar: Quem grita? Quais gritos nós ouvimos? Com quem gritamos? Nós realmente vemos e ouvimos os clamores do povo?

⁴ Canção inspirada na Laudato Si', em homenagem ao Sínodo para a Amazônia, de Cirineu Kuhn

E pudemos então, cantar, com os versos de Gogó:

*Ave, Maria dos oprimidos,
abre a nós teu coração*

*Bendito é o fruto do teu ventre
que é semente de libertação.*

OUVE O GRITO QUE SAI DO CHÃO DOS OPRIMIDOS EM ORAÇÃO.

*Santa Maria dos infelizes, das
horas extras, das horas tristes.*

*Livra-nos todos da opressão, de
toda forma de escravidão.*

Em cada quilombo (nome dado aos espaços de mini plenárias) – uma referência à luta do povo negro e das comunidades tradicionais - uma homenagem aos que na história do CNLB, emprestaram suas vozes, seus pés, suas mãos, seus ouvidos para fazerem ecoar os gritos e clamores do povo: Myrian Neusa Nogueira Girardi⁵, Jaime Ribeiro Coelho⁶, Tibor Sulik⁷ e André Luis Silveira de Moura⁸.

Escutamos os clamores e o grito do povo, não somente lidos, mas proclamados, como um sinal de compromisso com a defesa da vida.

A noite está chegando e é hora de fazermos memória dos mártires da caminhada e de

5 Organizadora do Conselho de Leigos da Arquidiocese de SP nos anos 90, do Conselho de Leigos da Região Sé e integrou a Comissão de Formação do Regional Sul 1. Fez sua páscoa em 28/01/2015.

6 Um dos fundadores do Conselho Diocesano de Leigos e Leigas de Colatina/ES, presidente do Conselho Nacional do Laicato do Brasil/Leste 2 e membro da Comissão de Formação do CNLB. Fez sua páscoa em 26/05/2018.

7 Membro organizador da fundação do CNL, cristão leigo, exemplo de sujeito eclesial. Atuou no campo da política, no movimento sindical, da pastoral, da Ação Católica. Membro do Pontifício Conselho para Leigos e Pontifício Comissão de Justiça e Paz. Fez sua páscoa em 05/01/2013.

8 Membro do CNLB do Regional Sul 2/Paraná, da Comissão Nacional de Juventude do CNLB. Víctima de infarto fulminante, aos 27 anos, fez sua páscoa em 12/10/2010.

tantos cristãos leigos e leigas, testemunhas do Reino de Deus, nesta terra: Reino de justiça, igualdades, respeito às diferenças e à dignidade do ser humano. (Regional Leste 2).

A fogueira acesa, o Círio Pascal, o incenso subindo: “Bendito sejas, Deus da vida, pela luz de Cristo, O Mártir Jesus, e por tantas testemunhas da sua Páscoa”! São tantas mulheres e homens que deram suas vidas pela causa dos pobres e oprimidos: “seres inabaláveis na fé, solidários e fraternos, fortes na oração, humildes no perdão, silenciosos na ação, experientes na vida mística e na espiritualidade da cruz”.

A poesia de Benjamin González Bueta SJ, se transformou em salmo rezado de agradecimento: Obrigado porque nos necessita

*Em teu silêncio acolhedor nos
ofereces ser tua palavra*

*traduzida em milhares de línguas
adaptada a toda situação.*

*Queres expressar-te em nossos lábios
no sussurro ao doente terminal,*

no grito que sacode a injustiça,

na sílaba que alfabetiza uma criança.

*Em teu respeito a nossa história,
nos ofereces ser tuas mãos,*

*para produzir o arroz, lavar
a roupa familiar,*

*salvar a vida com uma cirurgia,
chegar na carícia dos dedos
que alivia a febre sobre a testa
ou acende o amor na face.*

Em tua aparente paralisia,

nos envias a percorrer caminhos.

*Somos teus pés e te aproximamos
das vidas mais marginalizadas,
pisadas suaves para não despertar*

*as crianças que dormem
sua inocência, passos fortes
para descer até a mina*

*ou entregar com pressa
uma carta perfumada.*

*Nos pedes ser teus ouvidos,
para que tua escuta tenha
rosto, atenção e sentimento,*

*para que não se diluam no ar, as
queixas contra tua ausência,*

*as confissões do passado que
remói a dúvida que paralisa a vida*

*e o amor que partilha sua
alegria. Obrigado, Senhor,
porque nos necessitas.*

Como anunciarias tua proposta

*sem alguém que te escute no
silêncio? Como olharias com ternura,
sem um coração que sinta teu olhar?*

*Como combaterias a corrupção
sem um profeta que se arrisque?*

Nesse clima de compromisso profético, realiza-se a XXXVIII Assembleia Geral Ordinária do CNLB, com a escolha da nova presidência e do conselho fiscal para o triênio 2019-2022.

Os eleitos e as eleitas têm pela frente a missão de avançar com o Organismo na construção de “um outro mundo possível”, o sonho do Bem-Viver, o sonho da resistência dos povos pela defesa da vida, mantendo acesa a chama da esperança, da justiça, da fraternidade, da solidariedade entre todos e todas.

... e desce para libertá-los!

Como é bom a cada amanhecer sentir o sopro da vida, o Espírito de Deus soprando e iluminando o mundo.

Em Maria, a luta de todas as Marias na construção de uma nova sociedade. O Norte 1 nos convida à memória da Virgem Maria (já é sábado, 22/06), com a oração do cântico de libertação, o Magnificat (Lc. 1, 39-56), entoado

a Deus que escuta o seu povo, vê a sua pequenez de sua serva e seu povo, faz maravilhas, exalta os humildes e sacia de bens os famintos. “A minh’ alma vos engrandeça eternamente, Senhor meu Deus”.

Com essa oração, continuamos a conversa com Roberto Malvezzi (Gogó):

*Os rios não bebem sua própria água;
as árvores não comem seus próprios
frutos. O sol não brilha para si mes-
mo; e as flores não espalham sua fra-
grância para si. Viver para os outros
é uma lei da natureza. A vida é boa
quando você está feliz; mas a vida é
muito melhor quando os outros estão
felizes por sua causa.*

“Deus se move, não é aquele que apenas vê, apenas ouve; Ele desce, é um movimento. Deus que sai da sua grandeza e desce para a condição humana, que acompanha a humanidade, as suas criaturas”.

Jesus é o olho que vê, o ouvido que ouve, o Deus que desce e liberta.

E a vida da gente é uma caminhada. Na nossa caminhada nós temos os sacrificados, os martirizados, aqueles que perdem a vida. Como diz Apocalipse, a multidão dos que sofrem tribulação. E assim caminhamos para as oficinas temáticas, para conversar sobre a caminhada de lutas dos povos na Igreja e na Sociedade: DIREITOS HUMANOS, CASA COMUM/DIREITO À TERRA, IGUALDADE DE GÊNERO, POLÍTICA/POLÍTICAS PÚBLICAS, DIREITO À CIDADE, MUNDO DO TRABALHO, JUVENTUDE, MIGRAÇÕES E REFUGIADOS, EDUCAÇÃO E CULTURA, DESAFIOS DA VOCAÇÃO LAICAL NA IGREJA.

Do que vimos e ouvimos, desejando pisar com os pés firmes no chão, escolhemos as diretrizes e linhas de ação para o CNLB, uma busca para responder aos desafios que nos interpelam como cristãos leigos e leigas, verdadeiros sujeitos eclesiais.

As luzes e esperanças da caminhada foi a oração do entardecer deste dia, preparada pelo

Nordeste V, iluminada pelo cântico de Mirian (Ex. 15, 1-2), com as mulheres e crianças dançando ao som do tamborim: “Mirian puxou o cordão, tamborim em sua mão a dança animou, o povo explodiu de alegria, findou a agonia Javé libertou!” (Zé Vicente).

A noite do Bem-Viver, pensada como um momento de grande utopia, com suas apresentações culturais, como da dança e música do siriri de Mato Grosso, dança de origem indígena, faz duas lindas homenagens: Conceição Cabral (Leste 1) e Lourenço Fernandes de Almeida (Oeste 2).

Conceição “tinha um modo de ser e agir que dava sabor, temperava, facilitava e iluminava a vida e as relações humanas, como quem entende a afirmação de Jesus de Nazaré a seus seguidores: ‘a minha carga é leve e o meu jugo ligeiro’. Conceição: mulher peregrina, força feminina. (Maria Rosa Morala).

“Lourenço sempre foi muito sábio, moderador e articulador. Muito fiel e firme em suas escolhas, capaz de fazer uma análise de conjuntura com muita clareza o que muito contribuía nas escolhas a serem tomadas pelos grupos onde participava”. (Márcia de Campos – sua eterna companheira).

Olhando para o CNLB - o agir do Organismo

Chegamos a 23 de junho, domingo, dia do Senhor. Na oração da manhã (preparada pelas organizações filiadas), “nos colocamos diante de Deus para louvá-lo pelas maravilhas realizadas nestes dias, o chamado à ecologia integral, a comunhão de todos os irmãos e irmãs de norte a sul, de leste a oeste deste nosso Brasil, nesta terra abençoada de Cuiabá”. Assim motivou a animadora e todos e todas cantaram os motivos pelos quais damos graças a Deus (Sl. 136).

A grande Nação Hélio e Selma Amorim retoma sua última sessão de trabalho. O clima já é e ainda não, de despedida. O encontro está perto de terminar, mas o trabalho irá continuar na caminhada de articulação e organização dos

cristãos leigos e leigas para fortalecimento do Organismo, cada vez mais, a serviço do Reino.

São aprovadas as diretrizes do organismo para o quadriênio 2019-2023 (anexo 1), a mensagem ao Papa Francisco, numa demonstração de afeto e carinho pelo seu pastoreio (anexo 2) e moção de apoio em defesa dos direitos constitucionais dos povos indígenas no Brasil (anexo 3).

Na missa de encerramento, posse e envio (Regional Oeste 2 – presidida por D. Giovane Pereira de Melo, presidente da Comissão Episcopal Pastoral para o Laicato/CNBB), a emoção que toma conta das pessoas, aflora pelo corpo e pela alma. Flores, placas, gratidão no encontro dos que deixam a presidência e dos que chegam: o novo e o velho se misturam, temperando a vida, dando sabor como “sal da terra, luz do mundo e fermento na massa”.

II - DESAFIOS À SUPERAÇÃO DA MINORIDADE DO SACERDÓCIO COMUM DOS FIEIS EM TEMPOS DE FRANCISCO E DOS CLAMORES DA VIDA AMEAÇADA: RECONHECIMENTO DA DIVERSIDADE PARA A COMUNHÃO

Luiz Augusto Passos⁹

O presente texto desenhado em vista da Reunião nacional do CNLB, em Cuiabá (20-23/06/2019), durante o evento da Festa do Corpo de Deus, do qual também participei, a convite, na condição de Assessor, procurando refletir as implicações centrais do tema, também compartilhado com outros assessoras/es que, cujas reflexões, enriqueceram muito, o que me parece uma contribuição importante, que aqui se adequa com um texto àquelas e aqueles que conviveram a força daquele momento também de Pentecostes, no lugar privilegiado: Marco Geodésico da América Latina. O que passa no coração, vai para o corpo todo.

Cristãos leigos e leigas na Igreja e na Sociedade: Um novo olhar e um novo agir.

“Eu vi, ouvi e desci” Ex. 3,7-8.

O protagonismo das mulheres é elemento fundamental nos sinais de vitalidade da cultura. A partir da “Pedagogia da Autonomia: sa-



beres necessários `a prática educativa”, Paulo Freire manterá, desde então, e por razões políticas e reivindicatórias, a precedência de gênero, isto é, toda menção de pessoas, usa o feminino – professora, educadora - que prevalecerá, ser mencionada a inflexão de gênero, antes do professor, educador. Não se tratava desta diferença estar submetida a outra; tratava-se de uma ação política, compensatória por justiça, em face da cruel subsidiariedade destinada às mulheres, no que concerne, inclusive à sua invisibilidade nos textos e na cultura moderna, de modo geral. Inclusive, a ciência que se pretende crítica, sobretudo ela, na filosofia, subsume o feminino, na palavra o HOMEM, justificando de maneira pífida, que ao mencionar o HOMEM, a mulher já estaria incluída e, incluiria todas as mulheres.

⁹ Professor da UFMT do Núcleo Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Filósofo e Teólogo, Doutor em Educação Pública (UFMT) e Educação Currículo (PUCSP). Coordena Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Educação (GPMSE) e o Grupo de Estudos Educação & Merleau-Ponty (GEMPO). Projeto principal Rede de Pesquisadoras e Pesquisadores de Diálogos Educação Paulo Freire e Merleau-Ponty.

Contudo, o inverso jamais poderá ser verdadeiro. Se uma mulher tomasse por filosofia substituir a universalidade tão abrangente do homem, nas aberturas dos eventos, subsumindo os patriarcas, todos eles considerariam uma agressão, provocativa e desnecessária, no que tange à óbvia racionalidade linguística da cultura clássica patriarcal! Poderíamos dizer que esta provocação subsidiária, um movimento de emancipação das mulheres, porque gênero é uma distinção qualitativa, e jamais poderia invisibilizar por alternância ou substituição um do outro.

Ou seja, à cultura patriarcal, tomou todos os âmbitos, e destinou à invisibilidade da mulher. Estes dias, face das grandes vitórias das mulheres, de sua caminhada internacional, a presença marcante delas, nas casas denominadas do ‘Povo’: conclui minha fala com “Todo poder às mulheres!” Percebi o mal-estar, em grande parte, vindo das mulheres!

Leigas e leigos, qualquer que venha a ser a denominação, devemos buscar no Paulo Freire, uma indicação importante, na luta política. O manter a presença da menção dos dois gêneros, mas aceitar a resistência freireana, citando mais vezes as mulheres em primeiro lugar, e os homens, apoiando a política de gênero esboçada pela prática educativa de Paulo Freire e, em seu nome. Livrar-nos-ia da má consciência, e convocaria alvoradas de uma sociedade, mas fraterna.

O Espírito de Jesus, expressa em sua encarnação, por tomar no corpo da gente, na história, a comunhão com nossos sofrimentos. Não foi um gesto que pudesse ser considerado normal. Deus em carne acolhe o corpo da gente, para nele expressar a vontade do Pai: “Eis-me aqui para fazer a tua vontade!”

Na Carta de Paulo aos Hb. 10,8-10: “Tu não quiseste nem te agradaram vítimas, oferendas, holocaustos, sacrifícios pelo pecado” – coisas oferecidas segundo a lei –, 9ele acrescenta: “Eu vim para fazer a tua vontade”. Suprime-se o primeiro sacrifício pela qual a criação é substituída pelo carne-corpo humanos. Do barro da terra, do HUMUS, e só por isso

somos chamados HUMANOS. Do Barro da terra são todas as criaturas, também elas, o planeta, animais, água, florestas são HUMANOS e HUMANAS 10É graças a essa vontade que somos santificados pela oferenda do corpo de Jesus Cristo, realizada uma vez por todas. Não haverá um segundo, terceiro e outros sacrifícios, é o mesmo sacrifício do Filho, na nossa carne.

Toda a forma sacrificial pelos pecados, assumida como um débito da gente, sejamos quais formos nas nossas humanidades díspares, e submersas na humanidade de toda a carne, - seja quem for – fica desde então supressa pelo gesto de entrega da única vítima pascal. Não haverá nenhum outro sacrifício, só a memória do único de derradeiro. Diz o texto: “suprime-se o primeiro”, e instaura-se o segundo – com o derradeiro: a entrega do CORPO DE JESUS é realizada levando-nos como nele como oferenda agradável a Deus ”...realizada uma vez por todas” (10,10), para que jamais sejam necessários outros sacrifícios de vítimas propiciatórias, de animais, de florestas sacrificadas, das águas envenenadas, das pessoas machucadas, torturadas, violentadas, presas ou em condição de extermínio.

Santos e Pecadores

Somos uma comunidade de - Santos e Pecadores, - salvos pela Graça, convidados a nos associar à entrega de nossos corpos pelo anúncio da Libertação. A celebração do CORPO DE CRISTO que chagado visibiliza a violência; prova que não quer vítimas. E, quando se perpetuou o crime contra Jesus, era aos olhos do Pai, uma às criaturas. O Pai não deixa de graça: diferente do que pensam os positivistas, que Deus não se interessa por nada que fique debaixo da lua: contra o destino histórico da opressão: ressuscita JESUS – o ‘primogênito entre os mortos’ - pura invenção do PAI. Cria o que jamais existira antes: a RESSURREIÇÃO. É o gesto mais expressivo, de dizer NÃO à morte violenta de qualquer criatura, pois todas, as que estão na terra ou no universo, foram já remidas pelo sacrifício único e derradeiro, com o Sangue do Cordeiro, que a todos

nos salva pelo Nome de Jesus. Filipenses, diz: “Toda língua proclame para Glória de Deus Pai, que Jesus Cristo é o Senhor. O primeiro entre os mortos, com o dom derradeiro que nos associa à salvação pelo seu Sangue. Toda vitimação precisa ser abolida: “Não quiseste os sacrifícios de animais, touros, carneiros como holocausto, por isto deste-me um NOME”.

No Cristo e em seu sacerdócio, somos membros não intrusivos, mas parte imprescindíveis do Corpo Sacerdotal da Igreja

Membros da Igreja, do corpo sacerdotal do ministério comum, temos um lugar precioso no sacerdócio Pleno de Cristo. Compartilhamos de seu sacrifício e estendemos pelo nosso corpo e por nossa vida, a ressurreição onde houver morte, e é o Pai que nos autoriza endogenamente. Sequer somos substituíveis. Claro que, “*Homem algum é uma ilha*” dizia, inspiradamente, o monge trapista Thomas Merton, em seu livro. É hora de unidade na diversidade. De comunhão de cada criatura que anela por sua ressurreição naquela mesma ressurreição, dom do Pai, a Jesus, pela qual o Senhor estende a todos os seres da Terra que se reconciliar com a Paz e a Comunhão com todos os outros seres da Terra e de universo, como filhos no FILHO.

Na perseguição histórica, pelo império romano, da Igreja nascente, os cristãos entraram nas Catacumbas, nos porões da cidade, como forma de preservar a vida. Os Romanos tinham horror da região onde estavam os mortos enterrados, era fonte de contaminação com a morte. Pela conversão ao cristianismo, a cidade pouco aos poucos, se esvaziava. E a crise política e de governo, exigiu um ato compensatório, o de chamar à legalidade o cristianismo, como religião do Império Romano. Esta estratégia de aparente vitória gerou conflito entre os cristãos. A unidade dos cristãos, seu aumento diário, nos porões de Roma, impediu Constantino, Imperador na época de poder, efetivamente, governar com efetividade, um Reino esvaziado. Reconhece pelo ‘Edito de Constantino’ em 313 D.C., a religião católica

como religião oficial do Império romano. A euforia de sair de um cativo implicou uma vitória discutível.

Vida contemporânea e leigos e leigas

Aqui Leigos e Leigas precisam lutar com redobrada força, pelo reconhecimento concernente à sua condição de participar, conforme menciona de maneira claríssima a *Constituição Dogmática Lumen Gentium* de que o Sacerdócio de Jesus se faz de maneira real por três ministérios, **1.** O ministério ordenado; **2.** Ministério da Vida Consagrada e **3.** O Ministério dos Leigos e Leigas.

Na Tradição da Igreja nenhum pode ser açambarcado pelo outro, são maneiras singulares próprias de serviços à Igreja e ao Mundo, como ação pastoral. Houve a partir do romanismo – após Constantino em 313 - uma disputa na qual, a forma de organização circular e interdependente, de mútuo auxílio gerava a comunhão em um único sacerdócio: aquele de Jesus. No entanto a Igreja passou, com o romanismo e se organizou à forma de Império Romano. O Poder maior vindo de cima, de forma piramidal, como aquele de César. Não havia qualquer autonomia e serviços e encargos que não estivessem, hierarquicamente, subordinadas à decisão centralizada e de cima. E o poder passou a se concentrar – (Importante o filme recente, nominado “*Dois Papas*” – é a história real do Bento XVI - Cardeal Ratzinger - e Papa Francisco - Cardeal Bergoglio, com a pessoa deles, presentes nas imagens, diálogos – em pessoa – até o fim do filme)¹⁰.

No entanto, cristãos leigos e leigas, de certa forma diminuíram a pressão sobre o ministério ordenado da Igreja que exerceu e ainda exerce hegemonia, os religiosos cujo múnus ou ministério possui autonomia, o primeiro expresso por poder FALAR como

10 O filme mostra o drama das pessoas, Cardeal Ratzinger (Alemanha) e o Cardeal Bergoglio (Argentina). O filme explora o exercício do poder a estilo ROMANO, por Ratzinger e os conflitos pessoais do Bergoglio até sua escolha no Papado. A importância do filme é sua dramaticidade e exercício de poder e concepções opostas. O filme termina com os papas, torcendo na copa mundial de futebol (eles mesmos em pessoa!), Francisco torcendo para a Argentina e Ratzinger para a Alemanha).

Igreja: O Papa, bispos (Ministério ordenado) representado colegialmente pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil: CNBB; e, aquele dos religiosos (Ministério da Vida Consagrada) representado pela Conferência Nacional do Religiosos e Religiosas do Brasil. Aos leigos, toda a luta para construir um Conferência Nacional do Leigos do Brasil, terminou minimalizando esse terceiro Múnus do Sacerdócio do Jesus, que foi definido de forma desigual, como Conselho Nacional do Laicato do Brasil, em franca desigualdade de seu papel de múnus e natureza, feito como representação pela desconstituição de controle do poder de uma das áreas importantes da Igreja no Mundo. Não se deve evitar os conflitos reais, pelo silenciamento, ou diminuição entre instâncias de idêntica natureza e complementares. Importante estimular como função dos Cristãos Leigos e Leigas, uma outra linguagem para defini-los que respeite o âmbito maior de sua expressividade. “Leigo” é, na prática, aquele destituído de poder, que não se representa a si mesmo, pois de nada sabe. Contudo, na Igreja era aquele que mediava com autonomia de sua vocação, ser presença da Igreja no mundo. Careceria de presença ativa deles e delas em um conselho com isonomia, não hierárquica, pois descaracteriza pelo romanismo, um “defeito” de origem. Isso é grave. Reforça uma minoridade, que deverá ser firmemente trabalhada e retirada de sua condição de restrição no exercício do mesmo múnus imprescindível o destaque em um mundo no qual o fundo das questões da justiça, da organização financeira, de mercado, da ecologia, água, oceanos, florestas, aparelhos jurídico-político precisam urgentemente de uma intervenção a partir das inspirações do Reino.

Diferente do que isso pode evocar o filme (“Dois Papas”) é uma viagem das dificuldades humanas dos dois papas, o gênio difícil deles, e as formas que se superam pela entreada aberta de dois homens a procura de Deus e da Igreja. IMPERDÍVEL E OCIONANTE!). Ratzinger era a figura que se movimentava o tempo todo pela defesa da instituição, com intromissão e controle na vida pessoal de Fran-

cisco. Apaixonado por uma outra atitude que viesse a romper com um romanismo sem saída, pelo qual a corrupção circulava e a má fé.

A Igreja das Catacumbas

Os que entraram no ESTADO ROMANO introjetaram, muitas vezes, em si próprio o ESTADO, como parte de si mesmo. Adquiriram, costumes, utensílios, cultura, festas, língua, símbolos: rituais e a vida cotidiana se romanizava. Não haveria possibilidade que a forma abandonada e simples de Jesus não se apagasse nas liturgias que expressavam no seu interior, a totalização do Império e seus estereótipos. Cristãos romanizados se distanciaram por compartilharem poder como diferença hierárquica em oposição ao serviço; e adotaram uma cultura que se erigiu sobre o fortalecimento da guerra, o signo do estado de guerra. Nela, e por ela, não pelo cristianismo, foi instituída uma teologia que emerge, ainda hoje, com sua sombra nefasta, de uma teologia da morte. Desde então, pequenos grupos formaram um movimento de contestação, dizendo: “Jamais entraremos em um espaço que martirizou o Senhor Jesus”. Dispersando-se nos desertos, sozinhos ou em comunidades.

Podemos agora, que era uma oportunidade de realizar os sonhos de Paulo Apóstolo, de encarnar o cristianismo na história: “Ser romano com os romanos...”. Infelizmente, a forma política romana era suficientemente hierarquizada petrificada seu reino, seu reino não suportava outras formas de reinos. O Império Romano terminou sendo o único paradigma, a ponto de sua inflexão e cultura exigiu do cristianismo até a denominação histórica universal: nominando a Igreja como Católica Apostólica Romana. Espelho do Reino dos Césares - único imperador e seu Reino, como o único a ser.

Validado, segundo a cultura romana, a articulação suficiente era César o Imperador, e Roma: Império Divino. Nunca mais, tivemos facilidade de nos “tornar gregos com os gregos”, “gentios com os gentios”, “chineses com os chineses” ... Os Jesuítas tentaram na China, e foram marginalizados não pelos chineses, que acolheram a tradição em sua língua pela

habilidade da tradução dos valores culturais profundos e espiritualidade, com os adereços, vestes, rituais, utensílios do cotidiano que traduziam com delicadeza a grandeza amorosa e profunda do cristianismo para que os Chineses pudessem ter acesso ao coração da mística e ética cristã que se encontrava abraçada ao Taoísmo, Xintoísmo e Budismo. Houve uma pressão abrupta da expulsão dos jesuítas, não por causa de China e dos chineses, mesmo por pressões político-doutrinárias por determinação do Vaticano. O fechamento dos processos de pesquisa, troca de conhecimentos, descoberta da espiritualidade definia que os chineses a partir de agora fechavam seu país, edificavam no coração da China, um dos maiores monumentos em agradecimento aos jesuítas por tudo que tinham aprendido no diálogo e na troca intercultural. A palavra de pública destina por Jesus a todos os povos, é obstaculizada e privatizada, e os Chineses há poucas décadas, possuem muito carinho com a palavra universal de Jesus dirigida todos os povos.

Sacerdócio comum dos fiéis em condição de minoridade

É necessário para sermos cristãos que nossa fé, para ser ética, necessite da nova conversão, não para dizer a nós o que sabemos, mas na interlocução aprender com os diversos. Aprender a servir todas as criaturas, pela diferença humana que se localiza em cada pessoa situado. Seja pelas diversidades culturais, sociais e religiosas. Mas também no aprender com as criaturas, a delicadeza com os anciãos, o carinho e reconhecimento da singularidade de cada criança, e os dramas instituídos, de um mercado que faz consumidores daquilo que existe de alienante, prejudicial, leve à morte, como o desenvolvimento da Pílula da Morte. A vida é frágil sob um mundo perturbado por áreas que não se subordinam às Igrejas, precisamente porque são determinadas como âmbito não religioso, alheio às espiritualidades. Aí, seria o âmbito maior de contribuição da Pastoral compreendida no sentido de João Batista Libânio, como Serviço da Igreja ao Mundo.

É na realidade sócio-econômico-política marcada por um certo laicismo, que retira formalmente, de ordinário, o âmbito da representação dos interesses da cidade, e quem define decisões, com muita raridade, restringe os níveis de consulta de todos os âmbitos que envolveriam valores éticos, o da vida, esperança, fraternidade, como valores não materiais, que só serão relevantes se disserem respeito ao uso, valor, aquisição, conflitos de mercado. De sorte que os valores, pessoas e coisas vulneráveis, animais e recursos naturais não fazem parte de um valor ético, que traria com facilidade, a supressão, desaparecimento, e o valor de coisas ‘acessórias’.

É preciso converter-se ao mundo vivo. Saber que há muitos caminhos, e por isso o mais importante é que se abraça sobretudo a vida mais frágil. Estimule a solidariedade, o reconhecimento mútuo, abraça e nos permitamos nos **alter-ar** (*alter*: outro, outra) a nós mesmos em consonância da interculturalidade que nos salva da solidão inóspita e calculista do mundo ocidental, sobretudo da solidão estéril do mercado. Hora da urgente da comunhão com toda a diferença, sem medo, sem nos defender, acolhendo a alteridade como manifestação de sermos tudo e todos e todas: UM só Deus com Deus, que se fez trinitário, para expressar a comunhão com todas as coisas, e todas as criaturas. Nunca foi tão urgente aprender com a espiritualidade oriental os caminhos do cuidado, do equilíbrio dinâmico, da comunhão com todas as coisas e do acesso à força universal do TAO, que nos convida à flexibilidade, à conversão às coisas, reconhecimento de tudo o que é menor e frágil, que nos permita abraçar o mundo todos, pela beleza, grandeza e universalidade. É urgente, superar o romanismo,

A ponto de, embora estarmos em muitos países e culturas, fomos batizados como Igreja Católica *Romana*. O modelo romano nossa Igreja se fundiu com o Estado Romano. E, como território: o Vaticano. Contudo, nas origens esta dimensão cultural já esteve presente no Concílio de Jerusalém.

O concílio de Jerusalém

Quem não lembra o Concílio de Jerusalém? Vale a pena, olhar com carinho, o capítulo bíblico destinado ao conflito entre Pedro e Paulo (Atos, 15, 1-35). Pedro queria que os gentios, outros povos, primeiro se circuncidassem para que, passando pela purificação exigida pelo Judaísmo, pudessem, somente depois, vir a serem batizados e tornados cristãos. Paulo, faz a pergunta lapidar, a Pedro: “Como tu, sendo Judeu não vives como Judeu, podes pedir a circuncisão judia para aqueles que se convertem?”

A visita do Centurião Cornélio a Pedro, foi o evento decisivo para ‘mexer’ na cabeça de Pedro. Como poderia ele, ir à casa do centurião Cornélio, que era um espaço gentio, e que solicitava o batismo a todos os da sua casa? Como poderia batizar com o Espírito os que não eram, todavia, Judeus e que lá desejavam aderir ao cristianismo. No caminho, de ida à casa do Centurião, Pedro, cansado, senta-se ao lado de uma árvore, tem um “sonho”. Viu um anjo à sua frente, que abria um grande lençol onde haviam carnes sacrificadas e oferecidas aos ídolos. E, o anjo lhe disse: “Come!” Pedro, lhe respondeu: “Como posso comer coisas impuras?” O anjo lhe disse: “Não chames de impuro aquilo que Deus já purificou!”

O que isso significaria, perguntava Pedro. Quando se aproximava da casa de Cornélio, ele começou a entender.... Viu que o Espírito Santo lhe precedera, e aquela multidão que pedia o batismo, louvavam ao Senhor, santificados. E, Pedro viu que não eram judeus! Pedro, então, compreendeu, e explicitou em palavras: “Como posso eu negar o batismo aqueles a quem Deus já deu o seu Espírito Santo?”

E a pregação do evangelho e a adesão, desde o Pentecostes, já estava em pessoas de muitas outras nações, acontecendo. O cristianismo estava além do Judaísmo, como está também para além do sistema cultural romano.

A dificuldade no que tange ao cristianis-

mo, não é do impulso universalista que vem do Espírito, a todas as nações. São as igrejas, que antes, e mesmo neste presente momento, continua congelada nas saudades do Império Romano e suas certezas. No namoro eterno com os princípios inspirados na Lei Romana. Com as certezas de sempre, de que a fragilidade ou a flexibilidade da vida, se rompe sob a desconfiança de poderes e teologia que tinham se voltado à defesa dos muros, e a dificuldade de reconhecer a interculturalidade e a diferença. No entanto, desde sempre a vinda de Jesus de Nazaré em Israel era juá o anúncio de uma flexibilidade em favor das pessoas, que não poderiam ser emparedadas pelo Sábado. Não era dizia Jesus as pessoas para o Sábado, mas o Sábado para as pessoas. Nunca se poderia impor uma cultura, pretendidamente superior e sagrada a outros povos, que não os assumisse da mesma forma que foi assumido o romanismo junto aos romanos, mas sem torná-lo regra que se conclui na destruição das culturas humanas as quais veio proteger e reconhecê-las nas suas variantes próprias do elã criador, posto por Deus no coração do pluriverso. E o equívoco que Missão do anúncio da Boa Nova, trariam em si, o papel de salvar primariamente o Estado, manter intacta as hierarquias, as divisões piramidais de função, obter recursos, e meios de controle de difusão, confundirem o papel de servos e pastores, e servidores, com a imagem tão avessa de imperador, por sobre a cidade e sobre todo o orbe.

Por outro lado, relativizariam as questões públicas de impacto para as questões da vida, da saúde, da felicidade, da comunhão, para erguerem um ESTADO fortemente controlado, por meio de artifícios de PODER, que não suprimem violências, as quais Jesus, sempre condenou por sobre a cultura templária dos fariseus, sacerdotes e sumos sacerdotes.

A periferia como centralidade

O nascimento de Jesus foi na periferia da periferia de Israel. Não foi um engano, um equívoco.

*“E tu Belém, de Judá és a menor!...
De ti, nascerá o salvador!”¹¹”*

A minoridade do nascimento do enviado costuma ser passado a limpo pela ideologia, que interditava que viesse qualquer coisa boa, de Judá, como um ‘lugar não sagrado’.

Não nasceu em Jerusalém, mas deveria ter nascido para ser nela, para ser o Rei dos Judeus. Não havia Templo em Belém! Andou por todos os lugares, e em lugares interditados aos Judeus pela Lei de Moisés. Falava com as mulheres, crianças, leprosos, comia com os pecadores. Dom Helder, dizia: “Se me virem sair de um prostíbulo, quem não peca?” Jesus no poço com a Samaritana era lugar indevido. Não usou o cavalo de guerra, mas o burrinho. Perverteu a regra de ouro fazer uma cura em um Templo e no Sábado. E não porque não sabia. Provocantemente, perguntou antes: “É lícito curar em dia de Sábado?” E, do silêncio, emendou: “Quem não tira um animal de um poço no dia de Sábado?” Mandou o homem que estava no fundo do Templo, vir à frente e o curou. Imediatamente, o pegaram e o levaram à beira do precipício para jogá-lo. Ele, contudo, saiu no meio deles e foi embora. Estava aberta a Missão, segundo o Texto de Marcos.

Pegou um chicote pois o templo que era para ser a Casa do Pai, havia se tornado, “um covil de ladrões”. Javé era usado para projetos de dominação, exploração e enriquecimento ilícito. Aliás, a arca era também a prisão de Deus, tanto com o Santo dos Santos fora sua camisa-de-força, só o Sumo Sacerdote entrava. Mas Jesus à sua morte fez a derradeira e última provocação.

Não haverá espaço e tempo inacessível

O texto de Mateus descrevendo momento a momento, pormenorizadamente a morte de Jesus, disse que “...dando um grande grito,

Jesus, inclinou a cabeça, e expirou”. Será que tudo teria terminado? Nada sucedeu à morte violenta do justo? Teria terminado a agonia dos templários com o escárnio da vítima? Não. Mateus nem respira. Como Jesus impactou definitivamente toda a ORDEM até então estática e controlada pela Lei Antiga de Moisés e os templários. Vejamos como Mateus termina o texto acima citado “Jesus inclinou a cabeça, e expirou e o véu do Templo se rasga desde o alto até embaixo! ”

O Pai de Jesus, não deixou por menos. O véu do Templo se rasgou em dois, de alto a baixo. Ele representava aposentos que não poderia abrigar coisas profanas, não sagradas, e a vida normal, pois tinha como destino a confinção do Sagrado e de Deus, naquele espaço. A ruptura do véu do Templo, aniquila a separação entre a ordem sagrada e a Profana. A etimologia da palavra PROFANUM – o que está antes ou fora do Templo; e, portanto, inacessível. Fora do Sagrado tempo comum dos mortais e de todas as coisas mundanas. A partir daquele momento houve a “feliz balbúrdia”.

Tudo se mistura, tudo que era sagrado, também será profano; e tudo que era profano será agora também sagrado. Não haverá um lugar neutro, fora ou de salvaguarda. A Graça e da presença de Deus – antes cativo -, que a gente pudesse escapar dele, ou ter para onde ir em lugar seguro, danou-se! Onde estiver, ele estará. Nem haverá cortinas, muralhas, que separe o impuro e o puro, os santos dos pecadores: salvo nas cabeças dos que continuam usando da Lei abolida em sua reiteração de estrutura vazia, com vistas a refugiar-se para a delinquência e legitimação de poderes frágeis, inúteis: jamais haverá ética sem liberdade, menos ainda ética sem responsabilidade (Hans Küng). Pessoas cristãs leigas e leigos não separam do mais sagrado-profano. Mas também não se separaram ou confinam sacerdotes, bispos, Papas, pastores de todos nós. Não precisamos nos curvar aos que se proclamam santos, intocáveis, que por vezes aparecem como tal, pelo contraste equivocado, induzido, de pretender nos territórios de reservas, e campos de concentração para pecadores. Na cruz, o Pai

¹¹ “Em Belém da Judéia, pois assim escreveu o profeta: “Mas tu, Belém, da terra de Judá, de modo algum és a menor entre as principais cidades de Judá; pois de ti sairá o Guia, que como pastor, conduzirá Israel, o meu povo”. Mt. 5-6.

de Jesus aboliu, por morte injusta dele, toda a discriminação. Pelo cristianismo, não haverá lugares, tempos, pessoas, territórios e templos especiais, interditados a grupos restritos: nestes lugares. Estes lugares de reserva, são evocados para tentar anular, lavar e sumir a consequência do peso da morte de Jesus: que abole a circunscrição de criar tempos e espaços distintos! A Ressurreição de Jesus foi um NÃO clamoroso à morte de Jesus, e n'Ele a morte de cada criatura. Já não existe restrições na história, nem as hierarquias. Lugares e tempos existem menos para Deus do que para nós, e ali tudo é conflitivo, e por isso, apelo ao diálogo entre semelhantes, à convivialidade, demanda acertos à comunhão.

A graça jamais será esbulho

Os grupos fundamentalistas tendem a reforçar o poder do demônio, a transformar o culto em uma luta de hegemonia e guerra, pelo qual a força, tem primazia, e não a Graça – que é de graça e não tem preço. Não raro, em Igrejas até a decoração, e a linguagem e os símbolos do poder reservado, e da guerra, tomam os altares. Vi no fundo do templo a parede formidável, cujos pés ali figuravam o fundo do altar, de botinas e uniformes dos soldados (na guerra do Vietnam?!) Conversei com meus filhos a completa desadequação da fotografia para emoldurar o templo de um Deus que veio anunciar a Boa Notícia, o perdão para nossas fragilidades e pecados; e, não estimular a concorrência entre quem era melhor. Jesus já tinha falado isso. Quando os discípulos discutiam quem estaria mais perto de Deus. Jesus contava a parábola, do pecador que não conseguia nem levantar os olhos, e o prepotente que dizia: “...Não sou como este, pecador: pago o dízimo!...” Jesus – sempre provocativo diz: “Esse não saiu perdoado!”

Os fundamentalistas não são, apenas, outras e outros que nos isentem de culpa, também somos nós; também em nós se põe no colo uma teologia guerreira: uma teologia da qual o Deus de Jesus está expulso – ele já o dissera... que “Seu discurso era duro de engolir!” Fazer

da vida comum uma guerra, uma concorrência para disputa entre um número cabalístico de quantos serão os eleitos, a obterem uma cadeira no paraíso; e, ousar pensar os valores de Deus como pensaria um senhor capitalista, na qual a lei fosse – similar àquela dita por Glauber Rocha: “Cada um por si, e Deus contra todos!” E, na qual, toda entrega e morte de Jesus, estaria sob a “Lei de Gerson”: “Ganho sempre em tudo!” Lástima. Ademais, é preciso ultrapassar certa maldade de imaginar que a busca por justiça, e pelo ‘status’ da prosperidade, fosse impossível restabelecer a convivialidade, senão pelo massacre dos diferentes! Curiosamente: Jesus antecipa este tema. Nem deixou fora do seu discurso. Mandou ver: “Os publicanos e os pecadores vos precederão no Reino dos Céus!”

As pregações da fé, costumam em tempos ferozes e de crise, enfatizar mais a força e o poder do diabo com o objetivo de infernizar a vida dos mais débeis, pelo medo, do que apontar o reconhecimento da livre bondade da Graça dada – de Graça, jamais comprada! – como amor livre, fora de mercado, pelo que jamais tem preço: o amor, a graça como presença, o carinho como relação com tudo, todos e todas, e o ânimo inquebrantável pela Esperança viva. E, Graça é de Graça, não se merece... Não sou eu que me avalio, menos ainda que possa avaliar os outros e outras, senão estaríamos todos e todas, ‘fritos’! Só Deus é bom. O encontro com o Pai, não é um tribunal de Nuremberg, é um encontro com a misericórdia com os pecadores e pecadoras. “Não quero a morte do pecador, e sim que ele se converta e viva!” (Ezequiel, 18, 23 e Lc. 15,32).

O que isso inspira ao coração de Pastor aos leigos e leigas, membros vivos que respondem com o Sacerdócio Comum dos Fiéis, de maneira intransferível, no mesmo Espírito de Jesus? Que se extinga todos, as fornalhas e fogueiras do inferno nas Igrejas e nas praças – porque o lugar é Santo – e de nós, Jesus é o Senhor. Que se faça misericórdia e justiça a todos os que já morreram, estão no colo de Deus Mãe-Pai deitados, acolhidos e perdoados. É covardia e má fé, partir de nossas fragilidades

e frustrações, incapacidade de perdão, e atribuir como se fossem os mortos os causadores da nossa desgraça; como se fossem eles nos atormentando: a covardia e a má fé, terá perdão muito mais difícil. Lembro de novo o que dizia Anton La Vey, da Igreja de Satã da Califórnia, - vou falar traduzindo, para que faça sentido o que ele mesmo queria dizer: “É necessário responsabilizar tudo o que é ruim ao Diabo, pois isso nos desculpa! ”

E, Deus em Jesus se fez um de nós e o enviou ao mundo

“Eu vi, ouvi e desci” Ex. 3,7-8. Deus viu, ouviu e desceu! Não se conformou! Emanuel: é um Deus com a gente, por aliança. Continua por sua eterna misericórdia. **Agora** é, como sempre está sendo a hora do perdão, da misericórdia, da Graça e da Alegria, pois a Ressurreição nos foi dada. O perdão dos pecados, implica em gesto de amor vivo e ativo: reconhecer o caminho longo pela frente, na caminhada da Igreja do Sacerdócio Comum de Jesus que somos nós, Cristãos Leigas e Leigos, inseridos na ciranda do Sacerdócio comum dos Fiéis, associados ao Múnus Sacerdotal e de Vida Consagrada. Abraçarmos como Missão, estender o anúncio da Boa Nova – nesta terceira dimensão do **mesmo** Sacerdócio tríplice de Jesus, não somos substituíveis”. Mas, não somos acessórios. Revestidos pelo batismo, em tempos de Francisco, não é mais plausível, uma condição minoritária dos inapropriadamente chamados Leigas e Leigos – pois nossa Missão no Mundo, não pode ser vista como concessão, e nem como uma ação de sacristia, nem uma ação a qual não nos identifiquemos radicalmente com ela como identidade eclesial plenificada. Quem nos chamou e nos enviou ao mundo, o fez para emprestamos nosso corpo pessoal, somado a uma cidadania consolidada com toda a força da GRAÇA específica de emprestar a presença de Deus a ação corriqueira, diuturna, política, de fraterna caridade e serviço, como Missão. E, o Senhor nos ama, perdoa, salva, jamais nos abandona e nos quer em comunhão radical com todas as criaturas,

com tudo e todos, e também em estreita comunhão com o apoio das outras dimensões que implicam a ação evangelizadora. Anúncio da Boa Nova do Reino de Deus aos pobres, sofridos e humilhados, a espelho do ministério de Jesus. Nunca foi tão importante que a plenitude tríplice do Ministério Comum dos Fiéis – Graça e força do Espírito de Jesus em nós - dê testemunho público de autonomia coordenada entre instâncias que se espelham na Trindade, comungando a Unidade na Diferença. Em um mundo cuja cultura singular e diversa tende a ser exterminada na disputa pela hegemonia de um contra outros e outras, a afirmação do reconhecimento da alteridade, no confere, a plenitude do acolhimento das diferenças, que evitam que uma parte busca a aniquilação das outras. Hora é, que se manifeste publicamente a emancipação de Graças específicas de cada múnus, cuja autonomia, expresse o caminho para o mundo, de acolher a diferença com os mesmos sentimentos que haviam em Jesus.

III – **EU VI, OUVI, DESCI**



Roberto Malvezzi (Gogó)¹²

“Disse ainda o SENHOR: Certamente, vi a aflição do meu povo, que está no Egito, e ouvi o seu clamor por causa dos seus exatores. Conheço-lhe o sofrimento; por isso, desci a fim de livrá-lo da mão dos egípcios e para fazê-lo subir daquela terra a uma terra boa e ampla, terra que mana leite e mel; o lugar do cananeu, do heteu, do amorreu, do ferezeu, do heveu e do jebuseu. Pois o clamor dos filhos de Israel chegou até mim, e também vejo a opressão com que os egípcios os estão oprimindo. Vem, agora, e eu te enviarei a Faraó, para que tires o meu povo, os filhos de Israel, do Egito. Então, disse Moisés a Deus: Quem sou eu para ir a Faraó e tirar do Egito os filhos de

Israel? Deus lhe respondeu: Eu serei contigo; e este será o sinal de que eu te enviei: depois de haveres tirado o povo do Egito, servireis a Deus neste monte. Disse Moisés a Deus: Eis que, quando eu vier aos filhos de Israel e lhes disser: O Deus de vossos pais me enviou a vós outros; e eles me perguntarem: Qual é o seu nome? Que lhes direi? Disse Deus a Moisés: EU SOU O QUE SOU. Disse mais: Assim dirás aos filhos de Israel: EU SOU me enviou a vós outros” (Êxodo 3, 7-14).

Esse trecho emblemático do Êxodo traz muitos verbos. Talvez os mais importantes sejam o “ver, ouvir, descer”. Mas seria importante considerar todos os demais verbos presentes, porque é no seu conjunto que dão o caráter completo da ação de Deus.

Sabemos pela nossa língua que verbo significa “ação”. O fazer alguma coisa. Então, é por esses verbos que podemos perceber como Deus faz, age, trabalha com seu povo. Se um dia foi exclusividade do povo de Israel, com Jesus se universaliza para todos os povos.

1. VI

Deus vê. Não como vemos, porque o Criador de todos os olhos não precisa de olhos para ver. Mas vê. E vê a aflição do seu povo. Portanto, um Deus capaz de enxergar os sofrimentos humanos, em todas as épocas. Dom Hélder Câmara, em outras palavras, costumava dizer: “o mesmo Deus que viu o sofrimento de seu povo naquele tempo, é o mesmo Deus que vê o sofrimento de seu povo nos dias de hoje”.

¹² Roberto Malvezzi, Graduado em Estudos Sociais e Filosofia pela Faculdade Salesiana de Filosofia e Letras de Lorena/SP e Teologia pelo Instituto Teológico de São Paulo. Poeta, compositor, cantor...

A capacidade de ver não é tão evidente como parece. Um estudioso da “visibilidade social” se vestiu de gari na universidade onde era professor por um ano. Afirma que, ao final da experiência, nunca foi cumprimentado por nenhum de seus colegas de profissão que cruzaram com ele na condição de gari. Estava ali, mas não era visto.

Então, ver é mais do que ver. É perceber, é notar, é se importar com o outros com o qual cruzamos todos os dias, vemos todos os dias, mas não nos importamos com sua existência. Ver é perceber e se aproximar, como nos ensina Jesus na parábola do Samaritano.

2. OUVI

Ter olhos que vejam e ouvidos que ouçam traduz a mesma realidade. Assim como podemos ver sem perceber, podemos ouvir sem dar respostas a esses gritos. Portanto, Deus é também aquele que ouve. Isso significa que ele identifica de onde veio o grito, de quem veio aquele grito, nesse caso, de seu povo oprimido no Egito. Vendo e ouvindo Deus se comove e decidi descer para libertá-lo. Esse é o próximo passo, a próxima ação de Deus.

3. CONHEÇO

Conheço seus sofrimentos. Esse verbo é decisivo. Conhecer, biblicamente, significa fazer experiência concreta. Quando Deus diz que “conhece”, então, de alguma forma, faz a experiência daquele sofrimento, seja de qual ordem ele for. Então, vem o passo seguinte.

4. LIVRÁ-LOS

Deus tem seus propósitos. Um deles, claro desde a aproximação com o povo de Israel, é com a liberdade. O Deus bíblico é libertador. Toda essa aproximação tem como finalidade principal tirar seu povo da opressão, levá-los a uma terra boa, onde corre o leite e o mel, isto é, terra de fartura, mas com liberdade.

5. CHEGOU

O clamor dos filhos de Israel chegou até mim. Portanto, há canais de comunicação entre a condição humana e Deus. Ele não é um ausente, ou alguém que paira sobre sua criação como se fosse apenas seu Senhor. Essa é a esperança de todos os desesperançados para sempre, isto é, o clamor dos oprimidos chega até Deus. E Ele nos ouve. Nosso grito não é vão, embora tantas vezes pareça ser. Essa é uma garantia para sempre.

6. FAZÊ-LOS

...para fazê-lo subir daquela terra a uma terra boa e ampla, terra que mana leite e mel. É Deus o Senhor dessa mudança radical, da escravidão para a liberdade, das necessidades para uma terra abundante onde corre o leite e o mel. É dessa forma que o povo de Israel vai ler sua história, observando os fatos acontecidos durante todo esse processo e tentando interpretar como Deus age em sua história. Entretanto, a confirmação dessa presença só vem depois que tudo acontece.

7. DESCI

Para fazer acontecer, Deus desce. Descer é sempre um gesto de compromisso e da mais profunda humildade. Só os humildes – humildade, no sentido de reconhecer a verdade – tem capacidade de reconhecer seus limites e fragilidades, e por isso, serem capazes de dobrar-se diante dos sofrimentos de pessoas em situação mais vulnerável e frágil que eles mesmos. Porém, Deus é grande e fonte de tudo que existe. Então, Deus descer é assombroso, é infinitamente maior que qualquer uma de nossas compreensões. Deus vê, ouve, conhece, desce para libertar. A plenitude desse “descer” se dará em Jesus Cristo, porque nesse caso é o próprio Deus que se “rebaixa” para se fazer um de nós. Esse talvez seja o mistério mais insondável da redenção humana.

8. VEM

Deus diz a Moisés: vem. Vem significa que Deus chama. É a vocação. É o chamado para uma participação consciente no projeto maior de Deus. Essa é outra grandeza da qual pouco nos apropriamos conscientemente. Deus nos chama. Não porque precisa. Deus não precisa de nada e de ninguém. Ao contrário, nós é que precisamos D'ele e precisamos uns dos outros. Mesmo assim, Ele chama. Mas, não chama apenas para satisfazer nossas necessidades e nosso ego. Ele chama para nos dar uma tarefa. Todo chamado, portanto, corresponde a uma missão. E Moisés tem sua missão definida pelo próprio Deus.

9. ENVIAREI

Vem e te enviarei ao Faraó. Ali estava definida a missão de Moisés. Deus vai trabalhar através dele. Na sua fraqueza e insignificância levanta todos os limites pessoais que têm para estar com alguém como o Faraó. Mas, aí, Deus garante que estará junto. O mais estranho é que Moisés pede uma garantia e Deus lhe dá uma garantia: ***“Eu serei contigo; e este será o sinal de que eu te envie: depois de haveres tirado o povo do Egito, servireis a Deus neste monte”***. Na verdade, não havia garantia prévia alguma. Moisés tinha que ir para sua missão baseado exclusivamente na confiança em Deus. A certeza que era Deus só virá no final, depois que tudo estiver consumado. Esse desafio será sempre o desafio de todos que seguem pelos caminhos do Senhor.

10. SOU

EU SOU me enviou a vós outros. Talvez essa expressão bíblica, de Deus para consigo mesmo, seja sua melhor imagem. Deus diz simplesmente que ELE É. Não é preciso outra explicação ou outra qualificação. E do que é Ele depende todo o resto, inclusive cada um de nós. É confiante no EU SOU que Moisés parte para sua tarefa até cumpri-la integralmente.

IV – OFICINAS TEMÁTICAS

4.1 - DESAFIOS DA VOCAÇÃO LAICAL NA IGREJA



Laudelino Augusto dos Santos Azevedo¹³

Tendo como ponto de partida o Texto-base do VII Encontro Nacional do Laicato e a avaliação do Ano Nacional do Laicato, podemos identificar vários desafios que nos interpelam enquanto Igreja e, particularmente, enquanto cristãos leigos e leigas.

No “VER”, constatamos, no geral, uma realidade anti-reino, confusa, precária em todos os sentidos e, por enquanto sem perspectivas: Uma sociedade em “crises”! Surge um

primeiro desafio: como “ver” e entender a realidade? Uma disputa ideológica que mais confunde que ajuda, trazendo divisões ao Corpo Eclesial, especialmente entre os cristãos leigos e leigas. Nem se pode falar e menos ainda utilizar métodos de análise, sem receber rótulos desta ou daquela “ideologia”, demonizadas, inclusive, pelas partes. Cresce o desafio de um “NOVO OLHAR”!

No “JULGAR”, percebe-se que pouco se conhece da Doutrina Social da Igreja e menos ainda do Evangelho de Jesus Cristo. Utiliza-se, até bastante, a Palavra de Deus, mas ideologicamente e para justificar e manter as estruturas e o tradicionalismo. Neste campo, permanece o grande desafio do “clericalismo” e do “mundanismo”, tão denunciados pelo Papa Francisco. A relação Religião, Igreja e Sociedade encontra-se no “olho do furacão” com forte incidência na política e, por consequência, no cultural, no econômico e no social.

No “AGIR”, coloca-se o desafio de “ser Igreja no mundo sem ser do mundo” e as necessárias mudanças no “modo de ser Igreja”, o que, na prática, tem sido bastante conflituoso. Grupos radicais, fechados ao diálogo fraterno, “predispostos a posições autoritárias associadas por visões políticas e ideológicas que reforçam preconceitos, posturas reacionárias e atitudes de intolerância”, atingindo, inclusive, o próprio Papa Francisco. A participação de um laicato consciente e maduro é fundamental para um “NOVO AGIR”, que se faz necessário e urgente.

Assim, são DESAFIOS para os cristãos leigos e leigas enquanto tais e, especialmente, para o laicato como Organismo de Comunhão e Missão:

¹³ Assessor da Comissão Episcopal Pastoral para o Laicato da CNBB, presidente do CNLB 2010-2013.

- Entender, acolher e assumir a identidade, vocação, espiritualidade e missão como Igreja e na sociedade. (105, n.9);

- Compreender e atuar como “verdadeiro sujeito eclesial na Igreja e no mundo”. (105, n.10);

- Formar e capacitar “verdadeiros sujeitos eclesiais”. (105, n.228);

- Atuar, sempre a partir da Palavra de Deus e da Doutrina Social da Igreja nos “novos aréopagos” (família, política, políticas públicas, trabalho, economia, cultura, educação, comunicação, cuidado com a nossa ‘casa comum’ etc...).

Desta forma, estaremos, juntamente com os demais sujeitos eclesiais e seus respectivos Organismos do Povo de Deus, realizando o Objetivo Geral da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil: “EVANGELIZAR, no Brasil cada vez mais urbano, pelo anúncio da Palavra de Deus, formando discípulos e discípulas de Jesus Cristo, em comunidades eclesiais missionárias, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, cuidando da Casa Comum e testemunhando o Reino de Deus rumo à plenitude”.

4.2 - EDUCAÇÃO E CULTURA



Maria Aurenir da Silva Paiva¹⁴

Pensar Educação e Cultura requer reflexão sobre a construção dos termos. O que entendemos por Educação e cultura? O dicionário

diz que: Educação é “ação de educar; cortesia; polidez; instrução”. Cultura é “ação; arte; instrução; saber; perfeição; cuidado; modo de cultivar”.

O que entendemos por Educação e Cultura? Todos os indivíduos recebem as mesmas instruções? Vivem sob as mesmas condições?

“A educação sozinha não muda a sociedade, mas nenhuma sociedade se transforma sem educação”. (Paulo Freire)

Vamos dar ao termo educação o sentido de “processo-projeto de aprendizagem da cultura”. Entender a educação como processo-projeto de aprendizagem-humano significativo da cultura é estabelecer uma relação especial entre a educação, a Antropologia (estudo ou reflexão acerca do ser humano), a Sociologia (estudo das relações entre as pessoas, ou entre os grupos sociais diversos) e a História. Por Cultura entendemos a maneira de ser, que as pessoas e grupos sociais adquirem através de sua história.

A Constituição Federal refere-se a Educação e Cultura:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Se a educação é direito de todos e dever do Estado, segundo a legislação, podemos nos perguntar: **na prática todos tem os direitos respeitados e cumprem seus deveres?**

A educação apresenta-se, inicialmente, como processo de assimilação e vivência de uma cultura própria. A conscientização cultural pode então prolongar-se em ação, cujo projeto seja a própria revolução cultural, com a característica de tornar-se uma maneira de ser

14 Presidente do CNLB Nordeste 4, secretária adjunta do CNLB.

qualitativamente melhor para todos, todas e cada um, cada uma. Semelhante projeto cultural diz respeito tanto à educação escolar como à educação extra- escolar. Tomaremos o termo desenvolvimento como processo- projeto, isto é, como ação que ao planejar, estabeleça objetivos relevantes e cuja luz seja também possível analisar, criticar e avaliar o processo. Entendemos que a própria noção de desenvolvimento deva ser objeto de ação cultural.

Educação e cultura

O grande objetivo da educação não é apenas o saber (conhecimento), mas a ação (atuar, manifestar). A palavra educação tem origem no latim, que significa desenvolver. Representa desta forma, o processo de desenvolvimento e formação do ser humano. Isto pode ser traduzido por alguns fatores básicos como:

- O desenvolvimento no ser humano a partir de um desejo e uma consciência de participação, solidariedade e convivência democrática, para uma vida melhor em sociedade;

- O desenvolvimento das pessoas para que criem as condições sociais e culturais, para a vivência da cidadania. Portanto é preciso que a pessoa tenha ampla informação e formação, para a conquista dos seus direitos e cumprimento dos seus deveres, como também é imprescindível desenvolver a capacidade ativa e fundamentada conforme o contexto social.

O maior objetivo da educação é legar à geração presente uma forma de organização da sociedade, que lhe realize plenamente, buscando sempre que possível, superar as condições de atraso do passado, sem comprometer o planeta terra, para as gerações futuras, mas ao contrário legando um mundo mais desenvolvido social, econômico, cultural e politicamente.

Sobre o conceito de cultura, acrescenta-se, que é também “ato, efeito ou modo de cultivar”, a questão que se pode refletir é: A Cultura tem sido um modo de cultivar: costumes, zelo, cuidado com a Casa Comum, com o próximo?

Entendendo a Educação como processo e a Cultura como todo fazer e que se confundem

com participação, e que esta participação no processo de educação e cultura, seja inclusive uma das mais eficazes maneiras de lutar, por uma sociedade melhor e que possa alimentar os sonhos por melhoria de qualidade de vida.

Uma utopia necessária, que não pode estacionar num mesmo lugar distante das conquistas. É preciso cada vez mais avançar, a participação das populações penalizadas, pela falta de acesso à educação e cultura no processo em que estas se propiciem a mudar-lhes o sentido, dar-lhe outro significado. Um sentido que agregue as concepções e contribua para reduzir as desigualdades sociais e assegurar educação de qualidade e respeito a todos os tipos de cultura.

4.3 - IGUALDADE DE GÊNERO



Sônia Gomes de Oliveira¹⁵

O que é gênero? Gênero é uma construção humana, cultural. A divisão sexual do trabalho e a homofobia surgem dessa construção social.

A igualdade de gêneros significa que homens e mulheres devem ter os mesmos direitos e deveres. Também conhecida como igualdade sexual, esta é considerada a base para a construção de uma sociedade livre de preconceitos e discriminações. Homens e mulheres devem ser livres para fazer as suas escolhas e desenvolver as suas capacidades pessoais sem a interferência ou limitação de estereótipos. Todas as responsabilidades, direitos e oportunidades devem ser igualmente concedidas para todos os gêneros, sem haver qualquer tipo de restrição baseada no fato de determinada pessoa ter nascido com o sexo masculino ou feminino.

A luta pela igualdade de gênero se intensificou em meados do século XX, impulsionada, principalmente, pelo movimento feminista. Um importante ícone neste processo é

a feminista francesa Simone de Beauvoir, que marcou a consolidação de uma nova etapa do Feminismo com a publicação do livro “*O Segundo Sexo*”, em meados da década de 1960.

Muitos direitos já foram conquistados em nome da igualdade de gêneros (como o direito ao voto das mulheres, por exemplo), mas existe ainda um longo caminho para desconstruir a visão preconceituosa e estereotipada que está enraizada na sociedade.

Exemplos de desigualdades de gênero estão presentes em pequenas situações do cotidiano, onde mesmo as mulheres participam como incentivadoras para a segregação entre “tarefas masculinas” e “tarefas femininas”. Em muitas famílias as meninas são as responsáveis em arrumar a cozinha, lavar a roupa e a louça após o jantar, enquanto que os homens vão assistir televisão, ler o jornal ou simplesmente descansar.

O Brasil é um dos países com maior desigualdade entre os gêneros. De acordo com informações da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad), em 2014, as trabalhadoras brasileiras recebem aproximadamente 27% menos do que os homens que desempenham funções similares. O aspecto profissional é apenas um exemplo de muitos existentes no país e que fazem com que o abismo da desigualdade entre os gêneros continue enorme.

¹⁵ Presidenta do CNLB, Assistente Social, atua na Arquidiocese de Montes Claros

4.4 - DIREITOS HUMANOS: PLANO, PROGRAMAS DE PROTEÇÃO



Inácio José Werner¹⁶

O Brasil vive uma grave crise política, provocada principalmente para atender o mercado financeiro e seus representantes. Não é só um aumento das violações de Direitos, mas uma acelerada perda e retrocessos de conquistas históricas que atinge em cheio temas importantes aos Direitos Humanos, como democracia e participação efetiva da sociedade civil. Em tempos de luta e resistência temos referenciais por onde nos orientar: Plano Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado através do Decreto Federal N° 7.037 de 21 de dezembro de 2009 e o Pacto e a Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos de 19 de outubro de 2018.

O Plano Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 foi construído a partir de 6 eixos, sendo: Eixo I: Interação democrática entre Estado e sociedade civil; Eixo II: Desenvolvimento

e Direitos Humanos; Eixo III: Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades; Eixo IV: Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência; Eixo V: Educação e Cultura em Direitos Humanos; Eixo VI: Direito à Memória e à Verdade.

Desde o lançamento do Plano Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, os setores conservadores da sociedade brasileira fizeram uma guerra de desconstrução, argumentando que estava em jogo toda representatividade parlamentar, dos que legitimamente representam o povo. A pergunta que cabe é: A participação social ameaça quem? As elites e interesses corporativos? Percebemos que na representatividade grande maioria da população sempre está ausente ou sub-representação? A participação é somente no dia das eleições?

A implantação dos Programas de Proteção a nível de Brasil aconteceu entre 2005 e 2008, foi uma importante conquista para as pessoas que lutam por direitos humanos. Desde a sua criação muitas pessoas puderam ser protegidas por uma política pública, e além de continuarem com vidas preservadas no caso do programa de proteção aos defensores e defensoras de direitos humanos puderam continuar a luta pela causa que os velou a serem ameaçados.

O grande problema da política pública é o compromisso dos governantes e neste momento de grande instabilidade e ameaça aos direitos também este programa está sob ameaça.

A criminalização das lutas e dos movimentos sociais é histórica; ela acontece por ação dos agentes ou instrumentos do Estado; por grupos de políticos ideológicos ou grupos organizados no âmbito da sociedade civil com apoio paramilitar. Estas ameaças se intensificaram e não existe mais segurança no atual governo.

¹⁶ Cientista Social, do Centro Burnier Fé e Justiça/Cuiabá, coordenador do Fórum Estadual de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso, presidente da Comissão Estadual de erradicação do Trabalho Escravo.

4.5 - POLÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS



Luiz Henrique Ferfaglia Honório¹⁷

O que são as políticas públicas, sua relevância e como os cristãos e cristãs, leigos e leigas, podem contribuir na efetivação das mesmas em suas respectivas localidades?

As políticas públicas pensadas e formuladas no Brasil e no mundo, sofrem nas últimas décadas, um processo de cooptação de seu sentido original.

Ao analisarmos as políticas públicas implementadas ao longo desse período, observa-se que sua fundamentação teórica e prática, passa da concepção pública para uma concepção corporativista e privada. Sai de uma política que tem como característica a adoção de medidas e ações que satisfaçam em grande parte a coletividade dos envolvidos e envolvidas para outra onde o eixo das medidas e ações adotadas visa atender, prioritariamente,

aos interesses de indivíduos ou empresas. Esse fenômeno acaba gerando como consequência a dominação e o enfraquecimento do poder do Estado por parte daqueles que detêm o poder, como também gera uma crise da representatividade política e dos partidos.

Nesse contexto, exige-se precisar que a ideia sobre “políticas públicas”, oculta uma realidade experimentada através de uma prática de um discurso silencioso e silenciado, já que o que se observa ao longo da história é a existência de uma política privada, implícita ou explícita nos mais diferentes cenários observados e, portanto, as políticas públicas nascem e se desenvolvem para compensar os efeitos desse modelo político.

O Estado que tem como missão a implementação das políticas públicas através de ações e programas de modo a garantir e colocar em prática, Direitos que são previstos na Constituição Federal e outras leis, ao longo do mesmo período analisado, passa a ter a tendência de transferir a sociedade civil organizada a responsabilidade pela implementação das mais variadas políticas públicas, confrontando o princípio da subsidiariedade.

A adoção de tal medida pelo Estado é acentuada em momentos de fortes crises ou pela governança que tem posturas autoritárias e caracterizados por forte controle, o que faz que além da transferência das responsabilidades, a sociedade civil passa a sofrer a manipulação e neutralização por parte do Estado em todas as suas instâncias.

Ainda falando sobre políticas públicas, uma observação importante de ser avaliada é sobre a forma como acontece a discussão e o modelo de participação utilizado para se chegar a fase de decisão das medidas e ações a serem adotadas no processo de implementação de tais políticas, isso porque há necessidade de se fazer uma diferenciação entre o modelo de consulta – que se faz muito no Brasil e participação.

Consulta é uma dinâmica adotada pelo governo que interpela a população sobre o que o governo está fazendo ou que deveria fazer, ou

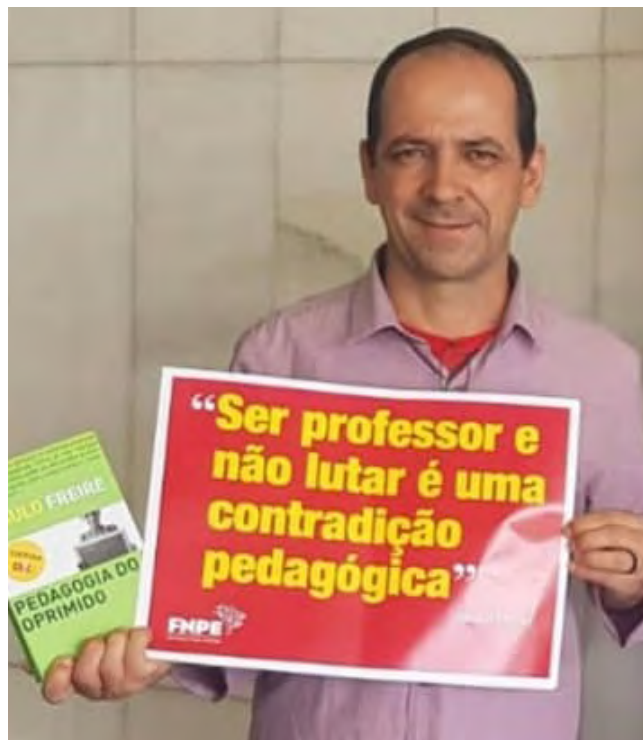
¹⁷ Comissão Nacional de Fé e Política do CNLB (coordenador), Rede de Assessores do CEFEP/CNBB.

seja, os instrumentos ou formas de intervenção a serem adotadas é exclusiva ao governo, cabendo a população somente o papel de avaliar o resultado dessa medida, numa postura quase que passiva da população. Participação envolve uma atitude mais ativa por parte dos envolvidos diretos ou indiretos, permitindo que haja envolvimento, condução, acompanhamento e avaliação e monitoramento dos procedimentos adotados, onde o estabelecimento das metas também são discutidas conjuntamente entre governo e população.

O que se busca aqui é chamar a atenção para uma crise contemporânea verificada nas democracias pelo mundo afora, onde a tal democracia participativa tão falada e vislumbrada por governos e correntes políticas tanto a esquerda quanto a direita, no fundo introduzem um modelo de participação que na prática estabelecem um conceito de democracia que alguns autores chamam de democracia monitoria – de monitorar, já que são cridos pela sociedade civil, entidades destinadas ao acompanhamento de políticas definidas pelo governo, sem a devida participação popular.

A proposta do 7º Encontro Nacional do CNLB foi de introduzir um novo olhar e um novo agir também nessas áreas e mesmo diante das dificuldades apresentadas, é fundamental entendermos que sem a participação da sociedade, as políticas públicas tendem a refletir mais a força dos agentes do mercado, de um agente ou grupo político, ou mesmo das próprias burocracias estatais. Assim, é fundamental incentivarmos uma cultura política da participação, onde as pessoas sejam protagonistas na vida social e sejam atendidas as exigências do bem comum, com atenção às reais necessidades das parcelas mais carentes da população.

4.6 - TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO



Profº Gilmar Soares Ferreira¹⁸

Estamos diante de uma realidade de profundas transformações no Mundo do Trabalho. O uso das tecnologias vem precarizando as relações de trabalho através da sedução com uma ilusória ideia de liberdade por não ter patrão, ou seja, a onda do empreendedorismo; “ao mesmo tempo em que se livra do vínculo empregatício, a uberização mantém, de forma um tanto evidente, o controle, gerenciamento e fiscalização sobre o trabalho”.

Primeiro, a onda do empreendedorismo: a perspectiva de controle da mão de obra é ainda inteiramente aliada com a ideia de empreendedorismo de si. “Trata-se então da consolidação da transformação do trabalhador em um nano empreendedor de si próprio” Na prática, um patrão de si mesmo. Mas, por que patrão de si mesmo? Primeiramente, a questão da eliminação do vínculo empregatício. O trabalhador é um nano empreendedor, e a empresa não é uma empregadora, mas uma parceira,

¹⁸ Professor da Rede Municipal de ensino de Várzea Grande/MT, Secretário de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação/CNTE.

não há qualquer tipo de contrato de trabalho, nem mesmo de prestação de serviços. Este trabalhador passa a ser definido como um microempreendedor, que tem liberdade sobre seu próprio trabalho, que não tem patrão, que administra sua própria vida para sobreviver. Um trabalhador que arca ele próprio com os riscos, com uma série de custos, e não conta com os direitos que vinham associados à exploração de seu trabalho. O professor Ricardo Antunes refere-se à sociedade **da terceirização total**, é isto que está em jogo. A empresa aparece e se legitima como uma mediadora que fornece a infraestrutura para a realização do trabalho. Nisto está a mais fonte de lucro.

Segundo, com a uberização, a flexibilização finalmente chega ao resultado almejado que está em processo há décadas: o de transformar o trabalhador em trabalhador ‘just-in-time’, ou seja, um trabalhador disponível ao trabalho e que pode ser utilizado na exata medida das demandas do capital. A empresa Uber deu visibilidade a este padrão, mas, como diz o professor Marcio Pochmann, é possível pensar que seja generalizável por todos os setores econômicos: o capital conta com a **disponibilidade do trabalhador**, e não paga por ela; a **eliminação de vínculos** também quer dizer então que **o tempo de não trabalho já não entra na conta do capital**; este nano empreendedor torna-se responsável pelo **gerenciamento de si próprio** nesta disponibilização cambiante e instável de seu trabalho; além de estar **disponível para o trabalho quando demandado**, ele tem de estabelecer suas próprias estratégias que garantam sua reprodução no tempo em que não é necessário, afinal ele está vivo independentemente das demandas do capital...

O que vemos, com isso, é a precarização do trabalho. As terceirizações, o empreendedorismo, os elementos da flexibilização do trabalho vêm há tempos envolvendo esse esfacelamento de vínculos que dão garantias e algum tipo de segurança e proteção ao trabalhador. A novidade da uberização reside na forma como tudo isso opera...um novo gerenciamento do trabalho, que muitas vezes passa a ser executado na esfera do consumo.

Mutações no mundo do trabalho

Outras tendências no mundo do trabalho:

1. Exclusão dos jovens: assumindo trabalho precarizado, sem perspectiva de emprego, desempregados;
2. Exclusão dos idosos: uma vez excluídos do mundo do trabalho, dificilmente conseguem reingresso;
3. Trabalho infantil: paralelo à exclusão dos jovens em idade pós escolar e dos “idosos”, o mundo do trabalho tem se utilizado da inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, nas mais diversas atividades produtivas;
4. O mundo do trabalho atual tem recusado os trabalhadores herdeiros da “cultura fordistas”, fortemente especializados, substituídos pelo trabalhador polivalente e multifuncional da era toyotista;
5. Mundialização: a configuração do mundo do trabalho é cada vez mais transnacional. As regiões industriais inserem-se cada vez mais no mercado mundial. Este processo de mundialização desenvolve uma classe trabalhadora que mescla a sua dimensão local, regional, nacional com esfera internacional.
6. Não se lucra mais com a produção. Se lucra mais com a especulação financeira na bolsa de valores. As grandes empresas precisam de um porto seguro para garantir seus lucros: potencializar o setor de serviços para que seja totalmente privatizado; se apropriar dos recursos públicos do Estado através do pagamento de juros da dívida interna; eliminando as barreiras que impedem as empresas de praticar a livre concorrência e a livre contratação; não lhes interessa a realidade de pleno emprego; é a crise que possibilita os empresários ganharem mais dinheiro.

7. Formas de ocultar os problemas: formação é problema do desemprego; criar nos trabalhadores o desejo do tempo livre (Pesquisa da CNI para justificar a Reforma Trabalhista); inculcar nos trabalhadores os valores do empresariado; eliminar a obrigação de pagamento de impostos, verbas de seguridade social e trabalhistas; promover a depreciação do poder político e preservar os empresários de atividade de corrupção; submeter a produção às novas tecnologias sem assegurar a formação necessária aos contingentes populacionais, sem compromisso com a formação profissional.

Outro mundo do trabalho é possível

- Recuperar o papel do Estado de Bem-Estar Social;
- Há necessidade de um código de trabalho e previdência social para proteção dos trabalhadores seja formal, informal e nas vias necessárias de terceirização/privatização;
- Há necessidade de romper com o processo de ensino aprendizagem para a formação da elite branca.
- Novo padrão civilizatório:
- Transitar cada vez mais do trabalho enquanto condição de financiamento da sobrevivência... para a posição do desenvolvimento integral do ser humano;
- A luta pela redução de jornada...;
- Educação Integral;
- Postergar a entrada no mercado de trabalho...;
- Promover a qualificação.
- Exigências necessárias:
- O Estabelecimento de um novo código do trabalho fundamentado na

educação para toda a vida, na postergação do ingresso no mercado de trabalho para após a conclusão do ensino superior e na contenção maior do tempo de trabalho.

4.7 - FLUXOS MIGRATÓRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Marilza José Lopes Schuina¹⁹



(<https://br.images.search.yahoo.com/search/images>)

Estamos vivendo um dos momentos mais marcantes da história civilizatória, em que “o processo de migração bate os recordes mundiais em número e, qualitativamente, assemelha-se mais às remoções (movimentos forçados) do que os deslocamentos opcionais. Trata-se de movimentos locais, nacionais e internacionais, que demandam políticas públicas dos países que acolhem os refugiados, os removidos ou os migrantes” (Carta da Migração/Fórum Fluxos Migratórios, Cuiabá/2018).

A mobilidade humana faz parte da história de todas as sociedades; é fenômeno antigo, mas não “natural”, pois tem suas causas objetivas: busca de sobrevivência, guerras, dominações. Atualmente, além de causas econômicas e guerras, há discriminações, catástrofes ambientais provocadas por um tipo de relação predatória em relação à natureza.

“Como vem denunciando com insistência o Papa Francisco desde sua eleição, em março de 2013, os deslocamentos humanos de

¹⁹ Professora aposentada, presidente do CNLB de 2013-2016, 2016-2019.

massa fazem parte de um cenário internacional onde predominam, de um lado, leis cada vez mais restritivas ao direito de ir e vir e, de outro, a globalização da indiferença. Daí a palavra de ordem do pontífice: na contramão da “economia que mata” e que gera milhões de “trabalhadores descartáveis”, promover uma globalização da acolhida, do encontro, do diálogo e da solidariedade”. (<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/590039-semana-do-migrante-de-2019>).

Diversos temas perpassam a dimensão migratória, que deve “ampliar o debate para o acolhimento dos grupos em situação de vulnerabilidade, como crianças, idosos, pessoas com deficiência (PcDs), povos indígenas, ciganos, comunidade LGBTQ+, quilombolas, favelados e demais grupos que estejam mais expostos com o crescimento do fascismo, com claros pilares do autoritarismo, armamentos, racismo, misoginia, homofobia e xenofobia”.

“O fluxo migratório da atualidade supera todos os recordes anteriores, e o relatório mundial da Organização das Nações Unidas/ONU²⁰ acusa que, em 2017, tivemos cerca de 258 milhões de pessoas transitando entre um país e outro. Embora os países do Hemisfério Norte sejam aqueles que mais recebem migrantes, aumentam a frequência e o número de migrações em todo o mundo, inclusive no Brasil” (na América do Sul, o Brasil é o terceiro colocado como país que mais recebe imigrantes). “As causas principais são econômicas, políticas, religiosas e conflitos civis, aumentando a migração climática em todo o mundo”.

“É de fundamental importância construir políticas públicas de migração que sejam transparentes, (...) de forma plena, ampla e irrestrita. Os processos legais da residência, que inclui a mobilidade e o trabalho, além de outros aspectos relevantes da garantia de boa alimentação, saúde, acesso digital e moradia, que são essenciais à democracia da migração, com assistências e diálogos articulados dos órgãos

públicos, da sociedade civil e das agências nacionais e internacionais. Precisamos fomentar marcos legais que tratem da legislação migratória, que fortaleça e garanta o acolhimento, o espaço de refúgio, o trabalho, a educação, a saúde e o bem-viver das populações, com uma especial atenção a crianças e adolescentes, que garanta uma juventude digna, inclusive com a inclusão da dimensão lúdica, ao lume dos fatos de que as mulheres e as crianças são as que mais sofrem nos processos de migração”. (Carta da Migração/Fórum Fluxos Migratórios, Cuiabá/2018).

Migrantes, imigrantes e refugiados/as tem direito às mesmas políticas públicas, independentemente de sua condição administrativa, seja documentado ou indocumentado: “Acolher, proteger, promover, integrar e celebrar”.

20 https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2017_Highlights.pdf

4.8 - DIREITO À TERRA: CUIDAR DA CASA COMUM!



Marilza J.L. Schuina²¹

A realidade no campo continua sendo violenta, perversa, excludente e assassina, tudo em nome do lucro... “Nesse sentimento de ganância institucionalizado na política e na economia, respeito e a valorização da vida não têm lugar. É isso o que está acontecendo no Mato Grosso e em todo o Brasil; concentração de terras e lucros; envenenamento por agrotóxico em solos, águas, alimentos, plantas e seres humanos; negação de acesso à água potável aos mais pobres; violências física e psicológica; negação de direitos e acesso a lei e assassinatos”.

Nos últimos anos cresceram os conflitos no campo, principalmente em relação a indígenas, assentados e sem terras, em função da

expansão do agronegócio no país, com uma política e economia que absolutizam o lucro em detrimento da vida. “Dominam-se a terra, a força de trabalho, os meios de produção, a fauna, a flora, a água, os desejos, as vontades, os comportamentos e as atitudes para serem explorados e expropriados na satisfação da acumulação de mais capital — essa é a lógica desse sistema. Como nos diz o Papa Francisco, “Esta economia mata” (EG, 53). Como nos fala o Gritos dos excluídos e das Excluídas 2019: “Este sistema não Vale!”

Não vale o consumismo exagerado que destrói a natureza; não vale o acúmulo, o lucro, a concentração de renda e riqueza; não vale “o sistema político de concessões legislativas que ameaça a vida das pessoas e o meio ambiente”, gerando mortes e degradações; não vale esse sistema de “leis autoritárias que não contemplam as necessidades da população – pobre, negra, periférica, trabalhadora, mulheres, minorias, e sim de apenas uma parcela mais rica e branca”. “Tem muita coisa que Não Vale”! “Lutamos por Justiça, Direitos e Liberdade”! (Grito dos/as Excluídos/as 2019).

Ter acesso à terra, cuidar da terra, cuidar da natureza é cuidar da vida humana e da vida da própria Terra, nossa ‘Casa comum’. A busca da vida abundante para os povos indígenas, os assentados, os sem-terra, os quilombolas, os ribeirinhos, as comunidades tradicionais; a busca da vida abundante para a fauna, a flora, a água; a busca da vida abundante para a população pobre, trabalhadora, periférica, do campo e da cidade, a busca do bem comum. Precisamos assumir “com coragem a busca da comunhão com a criação, a defesa da água, do clima, das florestas e dos mares, como bens públicos a serviço de todas as criaturas” (CNBB 105, n.272). Cuidemos da terra! Ela é de todos e todas as pessoas, as criaturas, do cosmo, do universo. “Tudo está interligado, como se fôssemos um, tudo está interligado nesta casa comum”.

21 Grupo de reflexão da Comissão Episcopal Pastoral para o laicato

4.9 - DIREITO À CIDADE



Carlos Francisco Signorelli²²

A cidade é o espaço da participação do cidadão, que é por si onde detém os rumos de sua existência, dá rumo ao seu dever histórico. A propriedade é o espaço dentro do território onde o cidadão mora. A cidadania, ao contrário, não se relaciona com propriedade, a cidadania tem a ver com a consciência crítica do homem que é, e sabe que é, que se entende e constrói o seu próprio futuro. Mais que isso, a cidadania não subentende o poder sobre, mas o poder com, ou seja, não se vive a cidadania num processo de opressão.

A cidadania é parteira e ao mesmo tempo genitora da razão dialogal. Assim sendo, a cidadania do EU se constrói no EU-TU, ou mais

ainda na construção do EU-NÓS. Por isso, nas cidades há que se criar espaços, territórios de relação, entre o eu, eu e tu, eu e nós.

A cidade foi feita para relacionar, para conversar, para com-viver. Precisamos de espaços na cidade, onde homens e mulheres sejam de fato, complementares, onde possam, com seus saberes e seus corpos, fruir e ter a sensação de que estão vivos. Precisamos de espaços onde as novelas sejam vividas ao vivo, onde a música seja tocada, precisamos do choro e da alegria das comédias e dos dramas, sendo apresentados ali, ao vivo, em carne e osso, em sensibilidade. Mas que cidade temos hoje? Uma cidade alimentada pela individualidade que não leva em conta o Outro, mas o EU e assim só tem valor os que produzem ou são úteis. (Signorelli, Por um novo Urbanismo, editora Appris, 2017).

Esse Estado, que é quem deveria cuidar do bem comum, “tem lesado a dignidade das pessoas e enfraquecido o exercício dos direitos humanos. As pessoas consideradas improdutivas, como crianças, adolescentes, idosos e enfermos, deficientes ou com pouca escolaridade e sem formação profissional, estão sendo cada vez mais desprotegidas socialmente” (CNBB 109, n. 50). Outro fator é o consumismo, alimentado pelo mercado que dita as regras, os valores, a economia e assim se é avaliado em virtude de sua capacidade de participar dos mecanismos do mercado, como consumidor.

Em sendo assim, a cidade fica à mercê de fatores que independem da verdadeira contribuição do povo. Para tanto, urge a necessidade de que o povo se levante e faça valer a sua cidadania, repense seus valores e construa a cidade de seus sonhos.

Como vemos, as cidades existem numa configuração de espaço físico e relações humanas e sociais. Nem sempre a cidade foi como ela é hoje, porque hoje as demandas, a cultura, as perguntas que faz são novas e marcadas por um pluralismo, um indiferentismo, individualismo, fragmentação muito grandes. Esses desafios é que esperam encontrar os discípulos missionários de Jesus.

²² Comissão Permanente do CNLB, presidente do CNLB de 2004-2007, 2007-2010.

Essas situações da cidade vêm sobrecarregada de múltiplos sofrimentos, de falta de dignidade humana, de expulsão de quem não segue as regras do território. A exclusão cria o não lugar. O excluído é um fantasma que caminha entre os incluídos. Ambos não têm lugar. A cidade dos incluídos se cerca de segurança para que os excluídos não a invadam. E ao menor deslocamento desses, os incluídos também se deslocam. O aumento dos excluídos desloca o habitacional; o humor do capital desloca o parque fabril, com ele cria o exército de imigrantes. O centro da cidade passa a ser nas grandes cidades um lugar fantasma, fechado à noite, sem vida, porque se reorganiza a partir dos novos sujeitos que vêm ocupá-la.

Esses têm outra visão do mundo que os exclui e de uma nova cidade que lhes signifique. E aí estão, os trabalhadores desempregados, a economia informal, os migrantes, os movimentos sociais populares e, por fim, a exclusão dos rejeitados e anônimos. E também se instalam os poderes paralelos.

Diante dessa cidade, nos perguntamos: se o bem é comum, que Estado queremos? Que cidade construímos? Que cidadania exercem os cidadãos?

4.10 - JUVENTUDES NO VII ENCONTRO NACIONAL DO CNLB



João Paulo Angeli²³

Me proponho a escrever esse texto como narrativa da vivência da juventude em Cuiabá, terra que acolheu e congregou os cristãos leigos e leigas do Brasil.

O VII Encontro Nacional do CNLB, aconteceu com a reflexão do livro do Êxodo 3, 7-8: “Eu vi, ouvi e desci”, texto que nos recorda as inúmeras vezes que Deus desce para libertar a cada um de nós por meio da ação do Espírito Santo. Deus Trindade, que tudo vê e nos ouve, tem agido ao longo da História para libertar-nos de tantos males e opressões. É nesse contexto que os Jovens que atenderam ao chamado batismal de sua vocação, foram presença fecunda do organismo no VII Encontro e renovaram sua missão de cristão leigos e leigas em ser “Sal da Terra, luz do Mundo” e saindo a ser fermento na massa para libertar aqueles que sofrem e estão à margem da sociedade como minorias políticas.

23 Presidente do CNLB Regional Sul 2 e coordenador da Comissão Nacional da Juventude

Buscando a consonância com o tema do encontro “Cristãos leigos e leigas na igreja e na sociedade: um novo olhar e um novo agir”, a construção metodológica nos levou a momentos específicos por áreas, tendo a juventude espaço aberto para diálogo geracional por meio de uma oficina, que se pautou em fazer algumas reflexões sobre a juventude contemporânea, sua realidade, problemas, conflitos, conquistas, a cultura urbana e a sua experiência religiosa. Assim sendo, procurarei discorrer os pontos principais do resultado da oficina, fruto do diálogo entre os jovens presentes no encontro.

Permitam-me começar quebrando alguns problemáticos paradigmas, os quais nos levam muitas vezes a impedir o trabalho com a juventude. É muito comum julgarmos os jovens pela nossa experiência geracional dizendo: no meu tempo era assim, vivíamos dessa forma... nos esquecemos, portanto, que toda experiência geracional é historicamente inédita e que podemos comparar sociedades e não gerações. Muitas vezes cometemos o erro de querer que o outro tenha a nossa experiência, nos esquecendo que cada jovem, nas múltiplas décadas, tem vivências singulares. Convenhamos, toda comparação é injusta, por tanto, para começo de conversa, vamos nos livrar da tentação de querer impor aos jovens um jeito de ser que eles nunca serão, pois de fato, cada vida em seu espaço e tempo é única e marcada por experiências individuais e coletivas que vão incidir e delimitar uma ou várias gerações.

Ao olharmos para a atualidade, podemos tentar mensurar como serão marcadas as gerações juvenis em nosso tempo, e, portanto, colher os relatos que muitos jovens carregam como marca pessoal. As nossas juventudes têm passado por vários problemas, estamos frente a complexas e duras realidades que nos são apresentadas em nosso cotidiano. É inevitável olhar os rostos de nossas juventudes e não perceber a ponta do iceberg que se tem apresentado como desemprego, violência, suicídio, ausência de escolarização/evasão, drogadição e extermínio, mas esses são de fato a sinalização de um problema muito maior, que é a crise ci-

vilizatória que vivemos e, assim, todos somos chamados a colaborar com essa mudança de realidade.

Como tema do VII Encontro Nacional, buscamos lançar um novo olhar sobre a juventude, buscar um novo agir, e assim, pensar o futuro, mas não só dos jovens, mas também do CNLB como organismo, da igreja institucional, das nossas experiências religiosas e a relação com o mundo.

Não é nenhuma novidade e a consulta para o Sínodo da Juventude (2018) reforça que os jovens desta geração estão sendo chamados a fazerem suas escolhas em um campo religioso mais plural e competitivo, onde podemos observar:

- 1. O enfraquecimento da transferência intergeracional da religião:** ênfase na escolha individual gerando maior disposição para a reafirmação pessoal do pertencimento institucional;
- 2. Desinstitucionalização religiosa:** desenvolvimento de religiosidade sem vínculos institucionais; deixam de encontrar nas grandes religiões tradicionais narrativas plausíveis e passam a ter uma experiência do sagrado sem a mediação de instituições religiosas;
- 3. Trânsito religioso, adesões provisórias e práticas simultâneas:** forte disposição para mudança de religião e experimentações entre diferentes alternativas religiosas;
- 4. Produção de sínteses pessoais:** estabelecem negociações próprias com o conjunto de concepções e práticas requeridas dos adeptos, ou seja, não adotam o sistema completo de olhos fechados. Sincretismos.

Partindo dessas reflexões, ficou-nos nesse encontro alguns grandes questionamentos enquanto juventude, viver o seu batismo e buscar ver na igreja um rosto jovem. Entre eles, eu apontaria a necessidade de que saibamos

cuidar e acompanhar os jovens como vocação fundamental da igreja, garantindo um presente e um futuro bonito e profícuo. Ressaltaria ainda que precisamos olhar para a diversidade como riqueza a construir o reino de Deus, que também é nosso, e nessa perspectiva, pensar o pluralismo da juventude como oportunidade que faz florescer na igreja um advento nunca antes visto, com várias cores, diferentes tribos, códigos, jeitos, mas que na pluralidade sabem viver a espiritualidade de um Deus encarnado na simplicidade de Jesus de Nazaré.

Nós, em uma pequena oficina, não queríamos e nem conseguiríamos esgotar as reflexões sobre a juventude e sua vivência contemporânea, o que tão pouco conseguirei aqui apresentando esse brevíssimo relato. Por isso, para terminar esse momento de encontro, nos ficou latente a necessidade de buscarmos ações, motivando a todos a olhar o rosto do jovem da igreja como a bonita diversidade dada pelo Espírito Santo para transformar a nossa eclesiologia, possibilitando que o Evangelho de Jesus de Nazaré possa se encarnar na vivência de tantos em suas múltiplas realidades. E assim, apresentou-se para a plenária do VII Encontro, essa necessidade de ações concretas e amorosas. A mesma foi muito sensível, soube acolher as reflexões e angústias dos jovens, e quero crer que com a vontade de viver o novo, o Organismo dos cristãos leigos e leigas do Brasil, propôs como um eixo das prioridades para o CNLB no próximo quadriênio, a Juventude.

Nós jovens, lemos como conquista e como avanço eclesial no Brasil que tenhamos entre três eixos, um específico para pensar a atuação dos jovens na igreja e na sociedade. Termino, pois, fazendo memória que o trabalho com a juventude no CNLB não nasceu ontem, tem trajetória e precisa ser honrado, e por assim ser, recordo principalmente, que entre as organizações que participam do CNLB temos a Pastoral da Juventude, a Juventude Franciscana e muitas outras juventudes de carisma. Eu gostaria de agradecer o bonito sim que todos os dias esses grupos oferecem a Deus e aos Jovens.

V - ANEXOS

1 - VII ENCONTRO NACIONAL DO LAICATO DIRETRIZES PARA A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO LAICATO 2019-2023.

1. DIMENSÃO SÓCIO AMBIENTAL DA FÉ

1.1. *Cuidar da vida, com atenção às Pastorais Sociais*, como uma dimensão da caridade cristã.

1.2. *Participar, retomar e ampliar as Escolas de Fé e Política a nível nacional, regional e diocesano*, para entender melhor os mecanismos do processo político, pois é a política “uma sublime vocação, uma das formas mais preciosas da caridade, porque busca o bem comum” (CNBB 105, n. 258).

1.3. *Propiciar formações específicas em Doutrina Social da Igreja*: “cada vez mais a Doutrina Social da Igreja ou Ensino Social da Igreja, é vista, pelos seus princípios, como um contraponto fundamental aos sistemas econômicos que oprimem o homem e a mulher de hoje, principalmente o liberalismo econômico capitalista. Que em cada diocese se promova um Curso de Doutrina Social da Igreja” (cf. CNBB 105, n.237).

1.4. *Impulsionar os cristãos leigos e leigas a construírem mecanismos de participação popular*, para fortalecimento da democratização do Estado, do controle social e da gestão participativa, resistindo aos desmontes dos direitos humanos, trabalhistas e sociais como as “reformas” Trabalhista e da Previdência; fomentar a formação de Comitês contra a corrupção eleitoral; ampliar a defesa da Auditoria Cidadã da Dívida Pública; apoiar os comitês populares e similares em defesa dos direitos humanos e sociais.

1.5. *Investir na formação, capacitação e participação do laicato no ciclo de políticas públicas*, para viver a cidadania buscando a participação política, assumindo o compromisso sociopolítico transformador, que nasce do amor apaixonado por Cristo” (cf. CNBB 105, n.161).

1.6. *Promover a consciência socioambiental para a proteção de todos os biomas brasileiros*.

1.7. *Participar do processo de realização do Sínodo para a Amazônia*, na perspectiva de, como nos diz o Papa Francisco, “encontrar novos caminhos para a evangelização daquela porção do povo de Deus, sobretudo dos povos indígenas, muitas vezes esquecidos e sem perspectiva de um futuro sereno, também por causa da crise da floresta amazônica, pulmão de importância fundamental para o nosso planeta”.

1.8. *Promover a ecologia integral e a conversão ecológica, conforme dispõe a Laudato Si’, construindo caminhos para a defesa da Casa Comum*, “assumindo com coragem a busca de uma comunhão com a criação, a defesa da água, do clima, das florestas, dos mares, como bens públicos a serviço de todas as criaturas” (CNBB 105, n. 272).

2. FORMAÇÃO

2.1. *Assumir a formação do laicato como tarefa primordial, realizando Escolas de Formação, com foco na Teologia do Laicato*, a partir do Concílio Vaticano II, que dedicou páginas maravilhosas à natureza, espiritualidade, missão e responsabilidade dos cristãos leigos e leigas como sujeito eclesial e social.

2.2. *Incentivar a criação de um plano de ação para formação, conforme estabelecido no Documento 105 da CNBB e nos princípios do CNLB* de “promover iniciativas voltadas à formação do laicato para o cumprimento de sua missão no mundo, iluminado pela ética cristã, no respeito à diversidade de dons, carismas e ministérios, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, com ênfase na dignificação da pessoa, na intransigente defesa da vida e da família” (estatuto CNLB, art. 3º).

3. JUVENTUDE

3.1. Reconhecer e potencializar o protagonismo das juventudes, incentivando a participação das juventudes em todas as instâncias de organização do CNLB, criando e fortalecendo as Comissões Regionais de Juventude para fomentar espaços de encontros e articulação da juventude do CNLB.

É fundamental destacar que o conjunto das diretrizes aprovadas no VII Encontro Nacional do Laicato nos propicie pensar na nossa responsabilidade de cristãos leigos e leigas, na organização e visibilidade do Organismo, comprometidos com uma Igreja em Saída, que vive e anuncia o Reino de Deus em todo lugar.

2 - MOÇÃO DE APOIO AO PAPA FRANCISCO

Somos cristãos leigos e leigas, dos diversos regionais e organizações da Igreja do Brasil, reunidos no VII Encontro Nacional do Laicato, realizado na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, Regional Oeste 2, no período de 20 a 23 de junho de 2019, exercitando um novo olhar e um novo agir, sobre as diversas realidades do nosso país. Nesse momento desejamos manifestar, através dessa moção de apoio, solidariedade e aplausos a você, Papa Francisco, por seu testemunho e serviço, junto à nossa Igreja e também a toda à humanidade e a criação.

Desejosos de uma espiritualidade comprometida e felizes com a forma como vem

exercendo o legado de Jesus Cristo, a exemplo de Francisco de Assis, ao abraçar os pobres e ao buscar o caminho da cultura da paz e o cuidado com toda a criação, percebemos o quanto a sua contribuição nos desinstala e nos convida a despertar outros irmãos e irmãs, apresentando o caminho da pobreza, da paz e do cuidado.

A *Encíclica Laudato Si'* é um apelo à forma de viver, através da crítica às forças presentes na sociedade excludente e tecnocrática, que leva a perder de vista a complexidade dos vínculos e das interações: “a tecnologia, que, ligada à finança, pretende ser a única solução dos problemas, é incapaz de ver o mistério das múltiplas relações que existem entre as coisas e, por isso, às vezes resolve um problema criando outros” (LS 20). “A ecologia integral nos permite recuperar o apelo à responsabilidade humana, evidente quando se considera o lugar que o ser humano ocupa no plano das relações ecossistêmicas” (Instituto Humanitas Unisinos (IHU), 11/04/19).

Você, Francisco, recriou a Doutrina Católica sobre a natureza da pessoa humana em relação à Terra e à Casa Comum.

Enquanto batizados, renovamos nosso compromisso e nos unimos com os dois eventos que seguem nos próximos meses: o Sínodo para a Amazônia e o Encontro que está convocando, para os dias 26 a 28 de março de 2020, “A Economia de Francisco”. Em orações (ora + ações) estaremos juntos nesse pacto a favor da ética, da justiça e do bem viver de todos, afinal “Eu vi, ouvi e desci” (Ex 3.7-8).

No nosso VII Encontro, refletimos sobre os nossos clamores e como eles se realizam. Queremos nos solidarizar com você e com todos os pastores locais, mas também com todos os povos, como ‘Sujeitos Eclesiais’, construtores de um novo mundo, com novas relações.

Encaminhamos em anexo, a síntese do VII Encontro Nacional do Laicato do Brasil.

Abaixo uma estrofe do canto de autoria do prof. Luiz Augusto Passos, que abriu uma das conferências e que nos motivou a lhe escrever esta moção:

*“Canta Francisco, com
a voz dos Pobres*

Tudo que atreveste a mudar

*Canta novo sonho, sonho
de Esperança*

Que a liberdade vai chegar.

*Canta Francisco, com
a voz dos Pobres*

Tudo o que atreveste a mudar

Canta novo sonho, sonho de Menino

Novo céu e terra vai chegar.

3 - MOÇÃO DE APOIO EM DEFESA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Nós, participantes do VII Encontro Nacional do Conselho Nacional do Laicato do Brasil - CNLB, reunidos em Cuiabá/MT, nos dias 20 a 23 de junho de 2019, estamos acompanhando com atenção a tramitação da ação que chegou ao Supremo Tribunal Federal/STF relativa à demarcação da terra do Povo Xokleng e que fora movida pela FATMA – Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina - contra a FUNAI - Fundação Nacional do Índio, contra os Indígenas e União. Tomamos conhecimento que a referida ação foi caracterizada, por aquela que é a mais alta Corte do Brasil como sendo de REPERCUSSÃO GERAL.

Este caso de repercussão geral no STF refere-se ao Recurso Extraordinário – RE nº 1017365, interposto pela Funai, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4 Região/TRF4 que confirmou sentença de juiz de primeira instância, a qual determinou a reintegração de posse contra os indígenas da etnia Xokleng, Kaingang e Guarani. A área foi demarcada através de Portaria Declaratória expedida pelo Ministro da Justiça. A Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina requer que

a propriedade de parcela da terra indígena seja declarada como sendo de sua propriedade, no entanto ela está sobreposta à terra de ocupação tradicional dos indígenas e, portanto, seu título de propriedade é nulo de acordo com a Constituição Federal em seu artigo 231.

Nós, do Conselho Nacional do Laicato do Brasil, nos solidarizamos com os povos indígenas do Brasil porque ao longo de toda a história sofreram e sofrem as mais cruéis e variadas formas de violências, bem como reconhecemos que a Constituição Federal precisa ser efetivamente aplicada tendo em vista a consolidação do direito à terra, o direito às diferenças étnicas e culturais e, fundamentalmente, o direito de os povos indígenas no Brasil serem reconhecidos como sujeitos de direitos, atendendo os preceitos do artigo 232 da CF/1988.

A Constituição Federal assegura os direitos dos povos indígenas sobre suas terras (Art 231 da CF), haja vista estabelecer que estes direitos são originários e tradicionais, portanto anteriores a qualquer direito estabelecido com a chegada dos europeus e posterior a ela, ou seja, é um direito de origem, de ancestralidade, naquilo que é denominado de indigenato, pois funda-se no critério de que o direito territorial, relativo aos índios, vincula-se ao critério de que são eles os primeiros habitantes e naturais senhores da terra, estabelecendo-se a primazia desse direito sobre qualquer outro.

Em função desses fundamentos tornam-se inaceitáveis as teses jurídicas do *Marco Temporal da Constituição Federal de 1988* e o *Renitente Esbulho* (teses que exigem dos indígenas que estivessem ocupando as terras reivindicadas na data da promulgação da Constituição Federal de 1988 ou, se nelas não estivessem, deveriam estar disputando-as física ou juridicamente) que vem sendo utilizadas como espécies de atalhos para as práticas de ilegalidades. No ano de 2017 o governo brasileiro editou o Parecer 001 da Advocacia Geral da União para vincular toda a administração pública brasileira as condições das duas teses, sendo que estas, por sua vez foram retiradas

da decisão do processo relativo a demarcação da Terra Indígena Raposa serra do Sol- Pet. 3.388/RR.

A tese do Marco Temporal, bem como as condicionantes do julgamento da ação popular contra a homologação de Raposa Serra do Sol não encontram amparo no texto constitucional relativo às demarcações de terras. O resultado do julgamento do processo contra Raposa Serra do Sol demonstra que o STF optou por dar a devida legitimidade ao trabalho demarcatório realizada pela Funai. O voto-vista apresentado pelo ministro Carlos Menezes Direito - o qual propôs as 19 condicionantes e manteve a tese de um marco temporal ao procedimento demarcatório relativa aquela terra, tese que havia sido exposta no voto do relator do processo Ministro Ayres Britto - deve ser analisada com cuidado para que não sejam generalizadas as decisões daquele julgamento. Isso porque, sobre as condicionantes e o marco temporal foram interpostos vários embargos de declaração, tanto com o intuito de rejeitar as condicionantes, como para vinculá-las às demais demarcações de terras no país. Os embargos da Pet 3388/RR foram julgados e os ministros do STF, em sua maioria, se manifestaram no sentido de restringir – condicionantes e o marco temporal – ao caso concreto de Raposa Serra do Sol.

Diante do exposto, por uma questão de justiça, confiamos que o Supremo Tribunal Federal ao analisar e julgar o processo acima referido reconhecerá que as demarcações de terras indígenas no Brasil devem ser vinculadas às regras e normas vigentes, onde se estabelece como critério fundamental o **fato do indigenato**, ou seja, que os indígenas têm direitos originários sobre suas terras e que estes são inalienáveis, indisponíveis e imprescritíveis, rompendo-se em definitivo com a tese do **fato indígena**, fundada na tese do marco temporal.

4 - ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA A ELEIÇÃO DA PRESIDÊNCIA E CONSELHO FISCAL DO CONSELHO NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL – CNLB

Ao vigésimo primeiro dia do mês de junho de 2019, no Centro de Eventos do Hotel Fazenda Mato Grosso, situado na Rua Antônio Dorileo, 1.100, Coxipó – Cuiabá/MT, às 20 horas e trinta minutos, realizou-se em primeira convocação com 137 delegados com direito a voto a eleição da Presidência e Conselho Fiscal para o mandato de 01. 08.2019 a 31.07.2022. Estiveram presentes os membros previamente convocados para a eleição da Presidência e do Conselho Fiscal. Para a eleição da presidência foi apresentada uma única chapa composta das seguintes pessoas: Sônia Gomes de Oliveira, para presidente e Rejane Ane Teixeira Gaia para vice-presidente; Marcio José de Oliveira para secretário geral, Maria Aurenir da Silva Paiva para secretária adjunta; Luiz Everaldo Bertholo para tesoureiro geral e Carlos de Oliveira Silva para tesoureiro adjunto. Não tendo sido apresentada mais nenhuma chapa, após as devidas apresentações procedeu-se à votação. Após o escrutínio verificou-se um total de 134 (cento e trinta e quatro) votos válidos (Sim: 123; Não: 11; Nulo: 1), assim sendo, foi eleita a seguinte presidência: **Presidente:** Sônia Gomes de Oliveira, residente a Rua José Joaquim Pereira nº 53, bairro Nossa Senhora de Fátima, CEP 39402-216 Montes Claros/MG, RG 5.700.504 SSP/MG, CPF 775.801.336-87, solteira, assistente social; **Vice-presidente:** Rejane Ane Teixeira Gaia, Rua Dr. Luis Mascarenhas, nº 66, apto. 1101, bairro Farol, em Maceió/AL, CEP 57.0550-30, RG 356.477 SSP/AL, CPF 304.114.404-20, casada, Administradora; **Secretário Geral:** Marcio José de Oliveira, residente na Rua Martin Luther King, nº 423 Apto. 22, bairro Saudade, em Araçatuba/SP, CEP 16020-190, RG 32.588.280-0 SSP/SP, CPF 306.035.088-47, solteiro, funcionário público estadual; **Secretária Adjunta:** Maria Aurenir da Silva Paiva, residente Av. Industrial nº 260, bairro Serranópolis, em

Jaicó/PI, CEP 64575-000, RG 754 613 SSP/PI, CPF 274.198.603-78, solteira, professora.

Tesoureiro Geral: Luiz Everaldo Bertholo, residente a Rua Oscar Rodrigues de Oliveira, nº 55, bairro Jardim da Penha, em Vitória/ES CEP 29060-720, RG 340.491 - ES, CPF 451.578.207-04, casado, profissão Técnico em Segurança do Trabalho; **Tesoureiro Adjunto:** Carlos de Oliveira Silva, residente a Rua Miguel de Cervantes, nº 261, bairro Sero Clubes, em Porto Velho/RO, CEP 76.811-003, RG 297539 - SSP/RO, CPF 386.368.082-00, casado, Técnico em Desenvolvimento Econômico. Prosseguindo com a Assembleia processou-se a eleição do Conselho Fiscal, após escrutínio verificou-se um total de 129 (cento e vinte e nove) votos válidos, sendo 2 votos nulos, ficou assim constituído o **Conselho Fiscal. Titulares:** Maria do Remédio Machado de Cerqueira (102 votos), residente na Q. 03 casa 28 setor “A”, bairro Moçambinho, CEP 64.010-010 em Terezina/PI, RG 709.556 SSP/PI, CPF 343.129.603-30; Adriano Massariol Pacheco (89 votos), residente na rua Av. Carlos Balmant, nº 150, bairro Santos Prates I, CEP 35290-000 em Mantena/MG, RG MG 5522-747 PCMG, CPF 750.647.746-72; Pedro Cadeira de Araújo (56 votos), residente na rua Gonçalves Ledo, nº 829 apto 901, bairro Praia Iracema, CEP 60110-261 em Fortaleza/CE, RG 2001010244386 SSP/CE, CPF 024.880.353-00. **Suplentes:** Tácito Virgílio Gonçalves Dantas (52 votos), residente a Rua Jhon Lennon, 114, bairro Colorado, em Cuiabá/MT, CEP 98042-660, RG 1676151 SSP/MT, CPF 032.667.091-28; Roberto Miztrorigo Barbosa (48 votos), residente na Rua Barão do Rio Branco, nº 763/505B, bairro Centro, CEP 80010-180, em Curitiba/PR, RG 13469125-5, CPF: 457.951.779-20; Bruno Machado Teté (40 votos), residente na Rua Sanatório, nº 173, bairro Madureira, CEP: 21350-191, em Rio de Janeiro/RJ, RG 12257178-9; CPF 056.342.277-71. Foram considerados eleitos e automaticamente empossados os membros acima citados. Sem mais nada a constar, eu Luis Antonio Ferreira secretariei a Assembleia Extraordinária, assino a ata, com os de-

mais presentes, conforme lista de assinatura, em anexo: (a.a) ADALVA CORDEIRO DE SIQUEIRA MELO; ADELINO ALEXANDRE LOPES; ADILSON JOSÉ FRANCISCO; ADRIANO MASSARIOL PACHECO; ANDERSON CANDIDO FRANCISCO; ANDERSON DANILO LOPES; ANDRÉ LUIZ MARTINS; ANTÔNIA MARIA PEREIRA DE SOUZA; ANTONIO CELSO SCHIAVO; ANTONIO FELIX TAVRES; ANTONIO PEREIRA DO NASCIMENTO; ANTONIO ZANON; AROLD DE OLIVERIA BRAGA; BRUNO MACHADO TETÉ; CARINA SANTOS; CARLOS DE OLIVEIRA SILVA; CARMEM LUCIA ROSA; CECILIA VASCONCELLOS L. GUARANÁ; CLARICE PAULETTI DELLAI; CLAUDIA NICOLAU FERANDES; CLAUDIO SOARES; CLODOALDO FRANCISCO DE ASSIS; CORINTO LUIZ DO NASCIMENTO ARRUDA; CRISTIANE COSTA DE JESUS; DERCÍLIO GONÇALVES COSTA; DIVA DE JESUS NEGRÃO ANDRADE; DOLORES HENN FONTANIVE; EDI ROSSI PRANDIER; EDIVALDO BISPO CARDOSO; EDUARDO JORGE CARVALHO; EDUARDO LANGE FILHO; ELIANE CARNEIRO DE ARAÚJO; ELISANGELA CONCEIÇÃO SILVA; ELIZABETH DE ARAUJO FERANDES; ERANIL DOS SANTOS SILVA; ERICA MARIA DE ARAUJO; EVONY PRESTES DOS SANTOS; FRANCINEUDA RODRIGUES DE AQUINO; FRANCISCA ALZIRA BERNARDO DIAS; FRANCISCA ANTÔNIA DA COSTA ALVES; FRANCISCO ERIVALDO BARBOSA; FRANCISCO JOSE DOS SANTOS; GENÉSIO JOSÉ DE LIMA; GIGLIANE GOMES LEITE; GIL FERREIRA DA SILVA NETO; GILBERTO IVAN DOS SANTOS ; HONORATA FERREIRA MENDES DA SILVA; ILZA TEODORICA DOS SANTOS; INEZ XAVIER BARBOSA GAMA; JÂNIA RODRIGUES DOS SANTOS; JOÃO PAULO ANGELI; JOSÉ ALBERTO VIANA GAIA; JOSÉ ANTONIO DA ROCHA; JOSÉ AURICELIO B. DOS SANTOS; JOSÉ CARLOS RODRIGUES; JOSE EUDES SILVA DOS SANTOS; JOSÉ LIMA DA SILVA;

JULIANE PEREIRA DO BONFIM; LECI CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO; LENINE SEBASTIAN MARQUES; LEONICE LEME COSTA; LUCIA PEDROSA DE PADUA; LÚCIA SCHUSTER; LUIZ EVERALDO BERTHOLO; LUIZ IRINEU FURLANETTO; MÁRCIA TEREZINHA CARLOS; MARCIO APARECIDO VAZ DOS SANTOS; MARCIO JOSÉ DE OLIVEIRA; MARCOS ANTONIO P. DOS SANTOS; MARGARIDA CHAVES DOS SANTOS; MARIA ALDAIRES SOARES MARTINS; MARIA ALICE A.DE ALBUQUERQUE; MARIA APARECIDA DE SOUZA; MARIA AURENIR DA SILVA PAIVA; MARIA CLARET MARTINS; MARIA DA CONCEIÇÃO ORTEGAL RIBEIRO; MARIA DAS GRAÇAS SILVA GERVÁSIO; MARIA DE ALMEIDA ROCHA RISSATO; MARIA DE LOURDES AFONSO; MARIA DE OLIVEIRA VAZ DOS SANTOS; MARIA DIRCE DOS SANTOS LAUREANO; MARIA DO CARMO FILETTI POLECE; MARIA DO REMÉDIO MACHADO CERQUERIA; MARIA DO ROSÁRIO SILVA RODRIGUES; MARIA ELENISE MESQUITA; MARIA IBELZA DA SILVA; MARIA ILDA DE SOUSA; MARIA ISTÉLIA COELHO FOLHA; MARIA JOSÉ SILVA FERREIRA ROTTA; MARIA LUCIA DE JESUS BARBOSA; MARIA MARTA SANTOS; MARIA ONEIDE FIALHO ROCHA; MARIA ROSA MORALA; MARIA ROSILENE ARAGÃO; MARIA SIMONE LIZZI; MARILZA J L. SHUINA; MARISE BRAGA SEVERINO; MARLISE RITTER; MAURA MARIA VENZON; MERCEDES BRAGA CORREA; MERI TERESINHA CATAPAN SCOLARO; MILTON MANO DA SILVA FILHO; MOISÉS BATISTA DOS SANTOS; NEHY S. MARTINI; NEIVE LUIZ RODRIGUES NOGUERO; ODETE GAUDENCIO FRANCISCO; ORIDES BERNARDINO; PATRÍCIA COSTA; PATRICIA GIL CABRAL; PAULINA MÁRCIA CAMPOS GALVÃO; PAULO ALMEIDA JR; PAULO RICARDO SAMPAIO DE SOUSA; PAULO SERGIO ALMEIDA SILVA; PEDRO CADEIRA ARAUJO; REJANE ANE TEIXEIRA GAIA;

RENER SEIXAS BIONCHINI; ROBERTO MIZTRORIGO BARBOSA; ROGERIO QUIRINO DA CUNHA; ROSANA PALHANO TAVEIRA DE MATTOS; ROSANGELA DE SOUZA URT; RUTINEA CHAVES JORDÃO; SALÉZIO JOÃO DE SOUZA; SERGIO PEREIRA MONTESSI; SILVELENE DE OLIVEIRA; SONIA GOMES DE OLIVEIRA; SÔNIA MARIA BARBOSA; SONIA MARIA FURLAN RODRIGUES NOGUERO; TACITO VIRGILIO GONÇALVES DANTAS; TALES FALLEIROS LEMOS; TEREZA GAMBA; ULIR SOLARO; VALDEMIR DE ANDRADE NEVES; VALDINAR SANTOS MATOS; WALDIR JOSÉ BOHN GASS; WILMA SOUZA ALMEIDA; WLADIMIR FRANCISCO BARROS COMASSETTO.

2019

NOVA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO NACIONAL
DO LAICATO DO BRASIL - CNLB

2023



Márcio
Secretário Geral

Carlos
Tesoureiro Adjunto

Aurenir
Secretária Adjunta

Dom Giovane
Presidente da Comissão
Episcopal para o Laicato

Rejane
Vice Presidente

Sônia
Presidente

Everaldo
Tesoureiro Geral

Presidente: Sônia Gomes de Oliveira

Vice-presidente: Rejane Teixeira Gaia

Secretário: Márcio José de Oliveira

Secretária adjunta: Maria Aurenir da S. Paiva

Tesoureiro: Luiz Everaldo Bertholo

Tesoureiro adjunto: Carlos de Oliveira Silva

Bispo Referencial para o Laicato: D. Giovane Pereira de Melo, presidente da Comissão Episcopal Pastoral para o Laicato/CNBB.



**Conselho Nacional
do Laicato do Brasil**

 cnlb.org.br

 [@conselhodeleigos](https://www.facebook.com/conselhodeleigos)

 [@cnlb.nacional](https://www.instagram.com/cnlb.nacional)

O Conselho Nacional do Laicato do Brasil – CNLB, é um organismo de Comunhão Eclesial, uma instância de representatividade do laicato do Brasil na Igreja e na sociedade, ao mesmo tempo em que busca articular e organizar o laicato buscando o diálogo e a comunhão com os pastores e ministros da Igreja.

Ao mesmo tempo, o CNLB quer ser espaço de articulação, diálogo, formação e informação do laicato presente nos diversos setores e segmentos da sociedade.

Como instância organizativa do laicato, o CNLB busca suscitar, desenvolver e aprofundar nos leigos e leigas a consciência crítica e criativa de sua identidade, vocação e missão. Os leigos e leigas, para construírem a necessária Comunhão Eclesial, precisam se constituir como sujeitos eclesiais, na corresponsabilidade e na autonomia. Além disso, devem ser presença atuante nos espaços sociais, políticos, econômicos e culturais do país. Por isso mesmo o CNLB promove iniciativas voltadas à formação do laicato, tanto para que se construam como sujeitos eclesiais como para o cumprimento de sua missão no mundo, iluminado pela ética cristã, no respeito à diversidade de dons, carismas e ministérios.

“Reconhecemos o valor e a eficácia dos Conselhos paroquiais, Conselhos diocesanos e nacionais de fiéis leigos, porque incentivam a comunhão e a participação na Igreja e sua presença ativa no mundo. A construção da cidadania, no sentido mais amplo, e a construção de eclesialidade nos leigos, é um só e único movimento”. (DAp, n.215).

“Essa organização é fundamental para o exercício da missão com todos os seus desafios... Na evangelização do mundo de hoje há questões às quais só os cristãos leigos organizados oficialmente podem dar respostas como Igreja inserida no mundo”. (CNBB 105, n° 209ss).

